

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DINÂMICA DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NO
PROCESSO DE ABERTURA ECONÔMICA**

Aluna: Denise Elisângela Cordeiro Mendonça Santos

Fortaleza, Agosto de 1999

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DINÂMICA DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NO
PROCESSO DE ABERTURA ECONÔMICA**

Aluna: Denise Elisângela Cordeiro Mendonça Santos
Orientadora: Ana Maria Fontenele

Monografia submetida à coordenação
do curso de Graduação em Economia
da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos registros necessários
à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Fortaleza - Ceará
1999

Ofereço a

Alírio Lima Santos, Maria José Santos,
Leida Santos, Luis Odair Santos e Jenise Santos:
a melhor família do mundo.

AGRADECIMENTOS

À Deus que me deu força espiritual que precisei para a elaboração desta monografia.

Agradeço à minha querida orientadora Ana Maria Fontenele, pela orientação sempre lúcida e objetiva, pela confiança, pela compreensão, pela amizade e pelo estímulo para a realização desta monografia.

Agradeço aos professores que, com seu brilhantismo e dedicação, contribuíram para a minha formação acadêmica.

Agradeço à banca examinadora, Prof^a. Goretti e o Prof. Euripedys, pelos ricos comentários.

Agradeço, também, ao Djamilson Pinto, pela contribuição gráfica desta monografia pelo incentivo e, principalmente, seu amor e compreensão.

Além disso, sou grata a todos àqueles que me ajudaram de forma indireta mas igualmente decisiva, em especial aos meus amigos(as): Hélio, Paulo, Vanilda, Guido, Dirce, Vanda, Zé, Fernanda, Olga, Erika, Karla, Mirian, Patrícia, Sara e Glauce.

Por fim, agradeço a meus pais, minhas irmãs e demais familiares, por terem me dado todo o apoio, carinho e amor de que precisei.

RESUMO

Um dos acontecimentos econômicos que mais têm marcado o Brasil neste final de século, tem sido o vigoroso processo de abertura econômica, levado a cabo sobretudo no intuito de integrar o país no novo cenário internacional. Esta monografia se propõe a analisar os efeitos desse processo sobre a dinâmica da Balança Comercial, sobretudo no que se refere a sua evolução e a sua pauta. Cristalizado no início dos anos 90, a abertura marca a passagem da velha estratégia de desenvolvimento cuja base se assentava numa forte restrição às importações no intuito de proteger as indústrias nacionais, para uma nova estratégia onde se prioriza a estabilização macroeconômica e controle da inflação, no plano interno, e a integração mundial no plano externo. Diante deste cenário, deparamo-nos nos últimos anos com uma nova dinâmica da Balança Comercial, marcada por déficits sucessivos, o que tem se tornado mais evidente sobretudo no período pós-Plano Real, dado principalmente a sobrevalorização da moeda nacional por este patrocinado. No entanto, apesar desses déficits representarem em parte um consumo supérfluo, tem sido também reflexo do investimento que está sendo realizado no país, representando inclusive um aumento da capacidade produtiva da economia.

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
--------------------------	-----------

Capítulo 1: Taxa de câmbio e registros cambiais: alguns aspectos teóricos e retrospectiva histórica.

1. Introdução.....	03
1.1. A Taxa de Câmbio: alguns aspectos teóricos.....	04
1.2. O Balanço de Pagamentos.....	10
1.3. O Balanço Comercial.....	15
1.4. Os Regimes cambiais no Brasil: uma retrospectiva.....	18
1.4.1. 1ª Fase - Anos 80.....	19
1.4.2. 2ª Fase - Anos 90.....	21
1.5. Notas Finais.....	23

Capítulo 2: Os novos desafios do comércio internacional e inserção do Brasil

2. Introdução.....	25
2.1. O Dinamismo da Economia Mundial.....	26
2.1.1. O Sistema de Bretton Woods.....	27
2.1.2. O Fundo Monetário Internacional (FMI).....	28
2.1.3. Banco Mundial.....	29
2.1.4. O GATT (Acordo Gerais de Tarifas e Comércio).....	29
2.1.5. A Criação da OMC.....	30
2.2. O papel do "Consenso de Washington" na abertura.....	35
2.3. A inserção Internacional do Brasil no novo cenário Mundial - A Abertura Econômica.....	39

2.3.1. A 1ª fase da abertura (1988/89).....	43
2.3.2. O Governo Collor e a aceleração da abertura (1990/93).....	45
2.4. Notas Finais.....	49

Capítulo 3: Dinamismo da Balança Comercial

3. Introdução.....	50
3.1. A trajetória da Balança Comercial no período que antecede o Governo Collor (1980/89).....	51
3.2. A trajetória da Balança Comercial no período da aceleração da abertura comercial (1990/93).....	56
3.3. A trajetória da Balança Comercial no período pós-Plano Real (1994/98).....	61
3.4. Aspectos gerais da Balança Comercial no período 1980-1998.....	65
3.5. Anatomia das importações e das exportações para os anos 1997 e 1998.....	68
3.6. Movimento das reservas internacionais.....	72
3.7 Notas Finais.....	73

Conclusão.....	75
-----------------------	-----------

Referências Bibliográficas.....	77
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do Comércio Exterior no PIB - 1990.....	30
Tabela 2 - Crescimento da Economia e do Comércio Mundial.....	30
Tabela 3 - Comércio Internacional de Mercadorias por Blocos - 1992.....	35
Tabela 4 - Tarifa Média de Importação Brasileira.....	44
Tabela 5 - Índice de Valor das Exportações Totais do Brasil (1980-89).....	53
Tabela 6 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil (1980-98).....	55
Tabela 7 - Taxa Simples de Cobertura (1980-89).....	55
Tabela 8 - Índice de Valor das Exportações Totais do Brasil (1990-93).....	58
Tabela 9 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil (1990-93).....	60
Tabela 10 - Taxa Simples de Cobertura (1990-93).....	60
Tabela 11 - Índice de Valor das Exportações Totais do Brasil (1994-98).....	63
Tabela 12 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil (1994-98).....	64
Tabela 13 - Taxa Simples de Cobertura (1994-98).....	65
Tabela 14 - Importação por Categoria de Uso - Jan/Dez - 1997/1998.....	70
Tabela 15 - Exportação por Fator Agregado - Jan/Dez - 1997/1998.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo da Balança Comercial do Brasil (1980-89).....	52
Gráfico 2 - Exportações Totais do Brasil (1980-89).....	53
Gráfico 3 - Importações Totais do Brasil (1980-89).....	54
Gráfico 4 - Saldo da Balança Comercial do Brasil (1990-93).....	57
Gráfico 5 - Exportações Totais do Brasil (1990-93).....	58
Gráfico 6 - Importações Totais do Brasil (1990-93).....	59
Gráfico 7 - Saldo da Balança Comercial do Brasil (1994-98).....	61
Gráfico 8 - Exportações Totais do Brasil (1994-98).....	62
Gráfico 9 - Importações Totais do Brasil (1994-98).....	64
Gráfico 10 - Anatomia das Importações em 1996.....	67
Gráfico 11 - Remédios, Comida e Roupas (%) - 1995.....	68
Gráfico 12 - Brasil: Reservas Internacionais no Banco Central (1985-1998).....	73

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Internacional de Desenvolvimento.

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

CPA - Comitê de Política Aduaneira.

DEPEC - Departamento Econômico do Banco Central.

DES - Direito Especial de Saque.

E.U.A. - Estados Unidos da América.

EEE- Espaço Econômico Europeu.

FAF - Fundo de Aplicação Financeira.

FEC - Tarifa Externa Comum.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FOB (*Free on Board*) - Livre a Bordo.

FUNCEX - Fundação do Comércio Exterior.

GATT (*General Agreement of Tariffs and Trade*) - Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

MERCOSUL - Mercado do Cone Sul.

MF/SRF - Ministério da Fazenda / Secretaria da Receita Federal.

NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) - Tratado Norte Americano de Livre Comércio.

OMC - Organização Mundial de Comércio.

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PSI - Processo de Substituição de Importações.

TEC - Tarifa Externa Comum.

SISCOMEX - Sistema de Comércio Externo.

UE - União Europeia.

INTRODUÇÃO

A política comercial brasileira, tem sofrido alterações profundas desde o final dos anos 80. Depois de um longo período de rígido controle administrativo sobre as importações, o país começou a ter a partir de 1990 uma política de comércio externo explícita, através do fomento à integração do país no novo cenário mundial, via maior acesso às exportações brasileiras e maior acesso aos bens e serviços estrangeiros no mercado brasileiro; ou seja, o país desencadeou um intenso processo de abertura econômica, no intuito de aumentar a eficiência na produção e comercialização de bens e serviços.

O ambiente macroeconômico brasileiro vem apontando desde o início deste processo de abertura, por um crescimento muito mais acelerado das importações do que das exportações, o que tem se tornado mais evidente sobretudo no período pós-plano real, dados os efeitos secundários deste plano patrocinando a aceleração das importações. Contudo, esse resultado é um reflexo das mudanças significativas que ocorreu no processo produtivo, na forma de condução de políticas, no comportamento do mercado de trabalho, nas estruturas dos mercados financeiros e principalmente no comércio a nível mundial.

O Brasil tem sido mais exposto à concorrência externa, o que tem induzido não só o aumento da competitividade das empresas nacionais mas também o arrefecimento da subida de preços.

A nova dinâmica da Balança Comercial que tem se delineado face ao processo de abertura econômica, será a principal questão a ser tratada no estudo em pauta; interessa-nos saber quais os efeitos da abertura sobre o nível e a pauta da Balança Comercial. Para tal, dividiremos o estudo em três capítulos:

O primeiro capítulo será dedicado a uma breve discussão de conceitos gerais: *taxa de câmbio*, *balança de pagamentos* e *balança comercial*, importante dado a necessidade de uma certa precisão do uso desses conceitos no estudo em pauta, bem como será feita uma descrição dos aspectos que mais têm marcado a política cambial brasileira desde a década de 80.

Posteriormente, no segundo capítulo, abordaremos a questão da inserção do Brasil na nova dinâmica do comércio mundial, a partir da abertura comercial, apontando para a importância do "Consenso de Washington" para esse processo, assim como serão apresentados as principais características das suas diferentes fases.

Por último (no terceiro capítulo), faremos uma análise do comportamento e da composição da Balança Comercial desde o período que antecede a abertura econômica, mais precisamente desde os anos 80 até 1998, apresentando os principais resultados dessa abertura sobre o dinamismo da Balança Comercial.

CAPÍTULO 1

Taxa de câmbio e regimes cambiais: alguns aspectos teóricos e retrospectiva histórica

1.- Introdução

Um dos acontecimentos econômicos que mais tem marcado este final de século tem sido o vigoroso processo de integração dos mercados nacionais de bens, capitais, trabalho e tecnologia, o qual tem determinado mudanças significativas na estrutura da concorrência internacional. As transações comerciais e financeiras entre os países têm aumentado progressivamente, tornando as economias do mundo mais interdependentes.

Nesse novo cenário, o desempenho econômico dos países está fortemente ligado à sua capacidade de inserção competitiva no mercado internacional, ou seja, como o país através de sua especialização na divisão internacional e das suas exportações participa do comércio internacional.

Este novo padrão de concorrência global predominante nos dias de hoje, introduz penosos custos de ajustes nos diversos países, que afetam particularmente os grupos sociais mais vulneráveis. Por outro lado, diminui os riscos envolvidos com negócios internacionais. Oferece, portanto, limitações, riscos e oportunidades as economias nacionais.

No entanto, o nível de especialização e os índices de exportação não constituem os únicos elementos de referência para a avaliação dos níveis de competitividade de uma economia. Não menos importantes são os padrões de eficiência quanto à utilização de recursos, à qualidade dos bens, à tecnologia empregada no país, os custos de produção e de transporte as barreiras tarifárias e outros.

Na tentativa de apreender a forma como a economia brasileira respondeu a essa nova configuração mundial, selecionamos alguns conceitos e definições considerados imprescindíveis para essa análise apresentados nas seções seguintes: a taxa de câmbio, a política cambial, o balanço de pagamentos e regimes cambiais.

1.1.- A Taxa de Câmbio: alguns aspectos teóricos

A taxa de câmbio é o preço pelo qual se efetivam as transações comerciais e financeiras entre dois países, com seus sistemas monetários distintos¹; ou seja, é a taxa que determina qual é a relação de troca entre duas unidades monetárias nacionais diferentes. Essa taxa, permite-nos estabelecer, via padronização das moedas, os preços de equilíbrio dos mercados nacionais em uma unidade monetária.

Contudo, a taxa de câmbio não possui apenas o valor teórico de determinar preços comparativos entre moedas, mas a função básica de exprimir a relação efetiva de troca entre diferentes países e, é nesse sentido que consiste num importante fator de competitividade. Converte em preços as diferentes estruturas de produção e de custos dos países que comercializam.

Além de elemento de referência dos níveis de competitividade, a taxa de câmbio também consiste em um importante instrumento de política econômica. O seu manuseio através da política cambial transforma-a na variável mais significativa no ajuste dos ganhos e perdas dos exportadores e dos importadores, e na transferência de recursos provenientes do comércio exterior, das regiões superavitárias para as deficitárias²; assim, a política cambial pode lançar mão de uma série de mecanismos para evitar a evasão de divisas e contribuir para o equilíbrio do balanço dos pagamentos (como a fixação de taxas múltiplas de câmbio: câmbio turismo, câmbio comercial, câmbio financeiro, etc.), bem como favorecer algum outro setor da economia.

Para entender como a taxa de câmbio afeta e sinaliza os eventuais efeitos da política cambial sobre o setor externo de um país é necessário distinguir entre a taxa de câmbio nominal e a taxa de câmbio real, bem como os diferentes regimes em que opera. A taxa nominal de câmbio é o preço de uma unidade monetária local expresso em outra unidade monetária, ou seja, expressa a relação entre quantidades de moeda.

¹ A Nova Economia Internacional, pág. 199.

² Economia Monetária Internacional: Notas de Aula; Fortaleza 06/98.

Assim, como uma elevação de preços deprecia o valor real da moeda na qual tais preços são expressos, dizemos que ocorreu uma desvalorização ou depreciação³ (valorização ou apreciação) da taxa nominal de câmbio quando a moeda de um país passa a valer relativamente menos (mais) em comparação com a moeda estrangeira, ou seja, quando é necessário dar mais (menos) moeda nacional para obter uma unidade de moeda estrangeira.

Uma depreciação nominal da moeda local, *ceteris paribus*, implicaria portanto num aumento de preços em moeda local de mercadorias ou ativos do exterior e reduziria o preço em divisas de mercadorias e ativos locais. Então, em se tratando da competitividade via preços, uma depreciação reduz a competitividade local de ativos e mercadorias estrangeiros, enquanto que aumenta a competitividade de ativos e mercadorias locais no estrangeiro, abrindo margem para uma diminuição da importação e aumento das exportações.

Para determinar os fluxos comerciais entre os países, a taxa de câmbio relevante é a chamada taxa de câmbio real. Essa taxa corresponde ao preço relativo de bens entre dois países, ou seja, nos diz a que taxa são trocados os bens de um país pelos bens de outro país⁴. O cálculo dessa taxa depende da taxa de câmbio nominal e dos preços locais e externos. De forma geral, pode ser representada pela expressão:

$$e_r = (e \cdot P^*) / P$$

onde:

e_r = taxa de câmbio real

e = taxa de câmbio nominal

P^* = preço internacional

P = preço nacional

Os níveis da taxa de câmbio real influem no comportamento geral das importações e exportações, podendo gerar *déficits* ou *superávites* no balanço comercial, em razão desses ditarem em que termos são trocados os bens de um país pelos bens de outro país. Assim, uma redução do valor da moeda interna em relação à moeda estrangeira, ou seja, uma

³ Normalmente fala-se em desvalorização ou valorização quando se refere a taxa de câmbio fixa e em depreciação ou apreciação quando se refere a taxa de câmbio flexível.

⁴ Mankiw, pág. 133.

desvalorização real da moeda, encarece os bens e serviços produzidos no exterior em relação aos produzidos no país, estimulando a demanda por esses bens e serviços, tanto pelo aumento das exportações como pela diminuição das importações. É nesse sentido, que uma desvalorização real da taxa de câmbio é considerada o mais eficaz dos mecanismos de correção dos *déficits* em conta corrente do balanço de pagamentos, pois aumenta o saldo comercial e de serviços não-fatores⁵. O contrário ocorre se a taxa de câmbio real se valoriza; aumenta o valor da moeda interna em relação ao valor da moeda estrangeira e, portanto, os bens produzidos internamente tornam-se relativamente mais caros em relação aos estrangeiros, estimulando a demanda pelos bens importados, enquanto que as exportações serão comprometidas.

Vale ressaltar, que o efeito gerado por uma desvalorização ou por uma valorização no setor externo de um país, vai depender das elasticidades de demanda por importações ou por exportações. Estas elasticidades consistem em variações percentuais das importações e das exportações em relação às variações percentuais nos seus respectivos preços.

Outro conceito importante relativo à taxa de câmbio é a chamada taxa de câmbio efetiva. Tendo em conta a pluralidade de parceiros comerciais de um país, essa taxa busca captar uma média entre a relação de preços com todos os parceiros comerciais, ponderando as taxas reais de câmbio, de acordo com a importância dos parceiros comerciais.

Uma questão central para a discussão em pauta é saber como se determina o valor da taxa de câmbio. Este pode ser determinado pelo regime de câmbio fixo ou pelo câmbio flutuante. No regime de câmbio fixo, o Banco Central determina o valor da taxa de câmbio, e se compromete a comprar e vender divisas à taxa estipulada, de modo a suprir respectivamente, todos os excessos de oferta ou de demanda de divisas no mercado cambial, utilizando-se de seu estoque de reservas. Em tal regime situações de *déficits* ou *superávites* persistentes no balanço de pagamentos tornam-se indesejáveis, pois resultariam respectivamente num esgotamento das reservas

e num custo de oportunidade representada por uma restrição ao bem-estar da sociedade. Espera-se deste sistema que ela estimule a adoção de práticas anti-inflacionárias e flexibilize a política fiscal, bem como pode dissuadir as perturbações geradas pela especulação. No

⁵ Mário Henrique Simonsen e Rubens Cysne. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 1995, pág. 100.

regime de taxas puramente flutuantes, a taxa de câmbio é determinada pelas forças de mercado, sem intervenções do Banco Central, que não compra e nem vende moeda estrangeira. Este regime possui grandes atrativos: assegura o equilíbrio automático do balanço de pagamentos, isola a política monetária de transações comerciais, confere maior isolamento a economia doméstica em relação aos choques externos, bem como evita qualquer manipulação cambial pelo Governo. No entanto, reserva alguns defeitos dentre os quais destaca-se a instabilidade cambial que pode desestabilizar os fluxos comerciais bem como reduzir os investimentos ao ampliar a incerteza⁶.

Por conseguinte, uma nova regra faz-se presente entre os economistas: não se pode falar num regime de câmbio ideal, mas em taxas de câmbio ajustadas – mas não necessariamente de equilíbrio.

Entre esses dois extremos, taxas fixas e flutuantes, se localizam uma série de outros regimes cambiais, resultantes basicamente da combinação dos mesmos. Um desses regimes que merece destaque é o de “flutuação suja” (*Dirty Floating*); o termo que ganhou destaque após 1973, se aplica quando a taxa de câmbio de um país, determinada pelo regime flutuante, sofre intervenções em seu mercado pelas autoridades monetárias do seu país, que tentam limitar a sua instabilidade. O regime de “bandas cambiais” é outro resultado dessas combinações. De acordo com este, fixamos uma taxa de câmbio central (ou taxa média), e um intervalo de variação para cima e para baixo. Enquanto a taxa de câmbio estiver dentro do intervalo estipulado, sua determinação segue o sistema flutuante; atingidos os limites, o Banco Central age como se fosse um sistema de câmbio fixo⁷.

Durante o período de vigência do padrão-ouro, estabelecido aproximadamente em 1821, a paridade entre duas moedas era dada pela relação fixa de conversibilidade entre tais moedas com o ouro; ou seja, cada moeda, via ouro, tinha uma relação fixa com cada uma das outras moedas, o que seria a taxa cambial de paridade. Entretanto, em razão do intenso crescimento das transações comerciais, tanto internas como externas, o conceito de taxa cambial de paridade como então definido logo desproveu-se de utilidade; a necessidade de

⁶ Para maiores esclarecimentos dos prós e contras de cada um dos regimes cambiais, ver Krugman, P. Obstfeld M. (1998).

⁷ Quanto ao sistema de bandas é interessante observar as regras de funcionamento do Sistema Monetário Europeu.

emissão de moeda em ritmo acelerado para atender as intensas transações comerciais, impossibilitou os países de manterem a relação moeda nacional – ouro.

Assim, em 1914, o padrão-ouro já esgotado teve o seu término determinado. A partir de então, uma questão central passou a afligir os economistas: “como determinar então a taxa de paridade, já que não havia mais o ouro como unidade monetária referencial?”. O professor Gustav Cassel⁸ incumbendo-se desta tarefa, deteve-se sobre a necessidade de estabelecer um princípio que auxiliasse na determinação das relações entre as moedas conversíveis. Foi nesse sentido que em 1916 ele começou a elaborar a *Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPP)*. Essa teoria baseia-se no conceito chamado Lei do Preço Único, de acordo com o qual produtos homogêneos devem ter o mesmo preço nos diferentes mercados, quando expressos na mesma moeda. A igualdade entre os preços seria garantida pelo funcionamento do mercado, em razão do processo de arbitragem internacional. Dado a existência de livre comércio e supondo a inexistência dos custos de transporte, produção e tarifas, os negociantes, sempre dispostos a tirar vantagem das oportunidades, tenderiam a agir no sentido de maximizar o seu lucro, comprando onde fosse mais barato para vender onde fosse mais caro. Assim, os preços se direcionariam para cima ou para baixo conforme o mercado de compra ou venda em que as mercadorias estivessem sendo negociadas. É agindo nesse sentido que os negociantes garantiriam a uniformidade dos preços internacionais.

Vejamos um exemplo típico do processo de arbitragem: se uma tonelada de trigo for mais barata em New York do que em Chicago, será lucrativo comprar em New York e vendê-lo em Chicago. O resultado da operação de arbitragem daí resultante seria então um aumento da demanda em New York seguido de um posterior aumento da oferta em Chicago, o que aumentaria o preço registrado em New York reduzindo-o em Chicago. Assim estaria então assegurado a igualdade de preços nos dois mercados.

A Teoria da PPP propõe então que a taxa de câmbio entre duas moedas se encontre em equilíbrio quando o poder de compra interno das moedas é equivalente ao da taxa de câmbio. Essa é a chamada versão absoluta da paridade do poder de compra.

⁸ Economista Neoclássico Sueco (1866-1945).

Críticas dos mais renomeados economistas têm sido direcionadas a essa teoria, a maioria delas referentes a adoção do índice de preços para determinar a taxa cambial. Estas podem ser assim resumidas:

a) a primeira refere-se ao irrealismo da suposição de que inexistam custos de transação, de modo que todo e qualquer produto possa ser transacionado no mercado internacional. Além do mais, essa teoria não leva em consideração que existem produtos que independentemente de serem mais caros em um país que em outros, impõem custos de transação ou dificuldades de obtê-los nos lugares em que estejam mais baratos, permitindo assim que exista diferenciação de preços, não induzindo fluxos comerciais entre os países. São estes os bens chamados não-transacionáveis (non-tradeables). Enquadram-se nesta categoria os serviços em geral.

b) a segunda é que a versão absoluta da PPP considera cestas de consumo homogêneas nos diferentes países, o que não é verdade.

No entanto, estas críticas são inócuas, no sentido de que nada foi oferecido para a teoria da paridade do poder de compra.

Existe também a chamada versão relativa da paridade do poder de compra; esta não busca determinar em termos absolutos o valor adequado da taxa de câmbio, mas sim explicar como se dá a correção cambial ao longo do tempo. Esta teoria supõe que partindo de uma situação de taxa de câmbio real de equilíbrio, a taxa de câmbio nominal deve ser corrigida ao longo do tempo pelo diferencial entre a inflação doméstica e a internacional, para que esse equilíbrio possa ser mantido.

“Não existe uma ‘teoria’ sobre a taxa cambial de paridade. Ela é uma definição.”(Viana, 1997.)

Além da metodologia desenvolvida pelo professor Cassel para a determinação da taxa de câmbio, várias outras teorias modernas já foram elaboradas nesse sentido. No entanto, estas não serão aqui tratadas, dado que nada ou pouca coisa adicionaram ao que foi estabelecido pelo professor Gustav Cassel.

1.2.- O Balanço de Pagamentos

Muitos dos bens e serviços que são consumidos ou investidos no nosso país são produzidos no exterior e importados. Da mesma forma, parte da produção de um país é exportada para o exterior.

O intercâmbio de bens e serviços entre países resultante de suas especializações na divisão internacional do trabalho e os financiamentos entre os mesmos, constituem os principais canais de ligação de economias abertas – economias que comercializam com outras – ao resto do mundo. Essas transações econômico - financeiras entre os residentes de um país e o resto do mundo são registradas no **Balanço de pagamentos**.

“Define-se usualmente Balanço de pagamentos como sendo o registro sistemático das transações entre residentes e não - residentes de um país durante determinado período de tempo ” (Simonsen, 1995, p. 75).

Os registros contábeis neste balanço são elaborados dentro do princípio das partidas dobradas, ou seja, a cada crédito deve corresponder um débito e vice-versa, de modo que a soma do ativo seja igual à soma do passivo.

O Balanço de pagamentos é constituído basicamente por quatro contas ou balanços os quais, dependendo da natureza da transação econômica ou financeira que dá lugar a receita ou a despesa de divisas, podem ser divididas em dois grandes grupos: as transações correntes e a conta de capital.

Quanto ao primeiro grupo - às transações correntes - referem-se às movimentações de mercadorias e serviços; incluem as contas da Balança Comercial, balança de serviços e transferências unilaterais.

O balanço comercial, primeira conta do balanço de pagamentos, registra simplesmente o saldo das exportações (FOB)⁹ sobre as importações (FOB), as primeiras computadas com sinal positivo (crédito), as segundas com sinal negativo (débito).

⁹ O termo FOB (do inglês Free on Board) significa que os custos de frete e seguro não são incluídas.

O balanço de serviços¹⁰, também denominado balanço de invisíveis, engloba os recebimentos e pagamentos de residentes ao exterior e de não - residentes ao país, de diversos tipos de transações, dos quais destacam-se: os fretes, os pagamentos de royalties, os seguros, as viagens internacionais, os lucros, os juros e os dividendos. Os pagamentos ao exterior são contabilizados com sinal negativo (débito) e os recebimentos com sinal positivo (crédito).

As transferências unilaterais (ou donativos) correspondem aos pagamentos e recebimentos sem contrapartida de serviços, como por exemplo: doações, envio de recursos ao exterior para manutenção de embaixadas, remessas de emigrantes, reparações de guerra, etc.

O resultado conjunto dessas três contas é consolidado nas transações correntes, também denominado de balanço de pagamentos em conta corrente. Este possui um significado macroeconômico bem preciso; indica o quanto o país exporta ou importa de poupanças para financiamento da formação de capital. Então, um superávit (saldo positivo) no balanço de transações correntes indica que o país poupa mais do que investe internamente e, que a diferença é enviada para o exterior para financiar a formação de capital do resto do mundo. Ele também reflete um excesso das exportações sobre as importações mais as transferências unilaterais, isto é, as receitas provenientes do comércio de bens e serviços e transferências excederiam os pagamentos nesta conta. O oposto vale para um déficit (saldo negativo).

O segundo grupo - a conta de capital - registra todos os deslocamentos de moeda, créditos e títulos representativos de investimentos. Dentre esses deslocamentos destacam-se: os investimentos diretos, isto é, as entradas (saídas) de risco das empresas estrangeiras (nacionais) que se estabelecem no país (exterior); os empréstimos e financiamentos obtidos por residentes no país, no exterior, ou os concedidos a não - residentes; as amortizações pelo pagamento de parte ou da totalidade de uma dívida e os capitais de curto prazo, que significam empréstimos e financiamentos por um período inferior a um ano.

¹⁰ No caso de empresas endividadas e anfitriões de empresas multinacionais como o Brasil, a conta de serviços apresenta-se geralmente deficitária devido a pressão ali exercida pelos juros e pelos juros e dividendos remetidos ao exterior.

O resultado completo do balanço de pagamentos é a soma do resultado em transações correntes e do resultado da conta de capital. Se ambas, transações correntes e conta de capital estiverem em superávit, então o balanço de pagamentos apresentará superávit; o que significa dizer que as receitas totais (entradas) excederam as despesas totais (saídas). Se o inverso ocorrer, o balanço de pagamentos estará em déficit. Quando uma conta estiver em superávit e a outra em déficit, na mesma extensão o resultado final estará zerado e o balanço de pagamentos equilibrado.

A utilização do critério das partidas dobradas nos registros do balanço de pagamentos, impõe que o saldo em transações correntes deva ser igual ao saldo do balanço de capitais com o sinal contrário. Ou seja:

$$T_c + K = 0 \rightarrow T_c = -K$$

Onde:

T_c = saldo em transações correntes;

K = saldo da conta de capitais.

Isto significa que quando um país apresenta um superávit (déficit) em transações correntes, sua conta de capital é necessariamente negativa (positiva).

No entanto, vale ressaltar que a conta de capital se decompõe em duas partes:

- a primeira corresponde às entradas e saídas voluntárias de capital – **capitais autônomos**;
- a segunda correspondendo às contas de caixa, os empréstimos de regularização e os atrasados, contabiliza as variações das reservas internacionais à disposição das autoridades monetárias – **capitais compensatórios** (ou demonstrativo de resultados).

Então, a tautologia anterior pode ser assim rerepresentada:

$$T_c = -k = - (K_a + K_c)$$

Ou, ainda:

$$T_c + K_a = - K_c$$

Esta identidade implica que se as estatísticas do balanço de pagamentos fossem rigorosamente apuradas dentro do sistema de partidas dobradas, a soma algébrica do saldo das transações correntes com o do movimento de capitais autônomos deveria ser igual ao chamado saldo total do balanço de pagamentos, de igual valor absoluto e sinal contrário ao saldo do movimento de capitais compensatórios.

Exemplifiquemos a relação com o caso de um país deficitário. O seu balanço de pagamentos fecha pela entrada de capitais, sejam eles autônomos ou compensatórios. se o país receber capitais autônomas além do seu déficit em transações correntes registrando um superávit total no Balanço de pagamentos, o excesso de capital, ficará depositado no exterior sob a forma de reservas internacionais que poderão ser utilizadas para fazer face a despesas cambiais futuras. Se o contrário ocorrer, ou seja, se o seu déficit em transações correntes for maior do que o ingresso de capitais autônomos, esse déficit poderá ser financiado ou por uma redução das reservas acumuladas (o que significaria uma perda de riqueza da economia) e/ou recorrendo a um empréstimo de regularização, que equivalem ambos a um lançamento contábil positivo: o saldo do movimento de capitais compensatórios será então positivo:

$$T_c + K_a < 0 \Rightarrow K_c > 0$$

Na impossibilidade de se fazer frente ao déficit a conta “atrasados” será creditada garantindo-se a igualdade entre o saldo do balanço de pagamentos e o seu simétrico do seu demonstrativo de resultados.

Fica então provado, em razão da conta de transações correntes medir a mudança na riqueza líquida da economia, que o que um país efetivamente importa de capitais é o seu déficit em transações correntes e vice-versa.

Contudo, as estatísticas são computadas com imperfeições e, é nesse sentido que erros e emissões¹¹ ocorrem na apuração do balanço de pagamentos em transações correntes e/ou capitais autônomos. Estes são então anexados ao saldo das transações correntes mais a conta

¹¹ Uma regra de bolso sugere que o resíduo deve ser uma fonte de preocupação quando ultrapassa 5% do total da soma de créditos e débitos da balança Comercial (embora os erros passem advir de outras contas que não aqueles apresentados no balanço de mercadorias).

de capital, de modo a se obter o saldo total do balanço de pagamentos e garantir o seu sinal contrário ao do saldo do movimento dos capitais compensatórios.

Registrando um déficit no saldo total do balanço de pagamentos, este só poderá ser financiado por uma perda de reservas e/ou aquisição de um empréstimo de regularização que equivalem ambas a um lançamento contábil positivo, o que implicará num saldo positivo do movimento de capitais compensatórios. Na impossibilidade de se fazer frente ao déficit, a conta atrasados será creditada garantindo a igualdade entre o saldo do balanço de pagamentos e o simétrico do saldo de capitais compensatórios.

Vejamos no quadro a seguir como se estrutura um balanço de pagamentos típico:

Estrutura Geral do Balanço de Pagamentos

I) Balanço Comercial

	Exportações(FOB)
	Importações(FOB)

II) Balanço de Serviços

	Viagens Internacionais
	Transportes
	Seguros

Rendas de Capital		Lucros e Dividendos
		Lucros Reinvestidos
		Juros

Serviços Governamentais

Serviços Diversos		Relativos a Fatores de Produção
		Não Relativos a Fatores de Produção

III) Transferências Unilaterais

IV) Saldo de Balanço de Pagamentos em Conta-Corrente (I + II + III)

V) Movimento de Capitais Autônomos

	Investimentos Diretos
	Reinvestimentos (Contrapartida dos Lucros Reinvestidos)
	Empréstimos e Financiamentos
	Amortizações
	Capitais a Curto Prazo
	Outros Capitais

VI) Erros e Omissões

VII) Saldo Total do Balanço de Pagamentos (IV + V + VI)

VIII) Movimento de Capitais Compensatórios(Demonstrativo de Resultados)(-VII)

a) Contas de Caixa

Haveres a Curto Prazo no exterior	Variações no Total
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações

Ouro Monetário	Variações no Total
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações
	Contrapartida para Monetização/Desmonetização

Direitos Especiais de Saque	Variações no Total
	Contrapartida para Alocação / Cancelamento
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações

Posição de Reservas no Fundo	Variações no Total
	Contrapartida para Valorizações/Desvalorizações

b) Empréstimos de Regularização

c) Atrasados

1.3.- O Balanço Comercial

Tendo em vista que a pretensão deste trabalho é analisar a dinâmica da Balança Comercial brasileira dentro de um processo de abertura econômica, torna-se importante realizar um estudo mais aprimorado, de entre as contas do balanço de pagamentos, do saldo do balanço comercial.

O balanço comercial (visível quando envolve transações de mercadorias e invisível quando se trata de transações de serviços), como já anteriormente frisado, corresponde ao saldo das exportações sobre as importações; ou seja, exprime a diferença entre o quanto de serviços produzidos internamente são vendidos ao exterior e o quanto de bens e serviços o país compra do exterior. Se o valor total exportado exceder o valor total importado, o saldo do balanço comercial registrará um superávit e o país torna-se credor do estrangeiro; se o contrário ocorrer, ou seja, se as importações excederem as exportações, o saldo do balanço comercial registrará um déficit e o país torna-se devedor do estrangeiro.

Portanto, o que determina a ocorrência de um déficit ou de um superávit na Balança Comercial é o comportamento das exportações e das importações. Cabe-nos então investigar quais os fatores que influem sobre o comportamento das exportações e das importações.

Quanto as exportações, estas dependem basicamente da renda externa e da taxa de câmbio real. A renda externa é o principal fator determinante do poder aquisitivo dos não residentes no país; assim, um aumento da renda externa estimula a demanda externa pelas nossas exportações, enquanto que uma diminuição retrai a demanda externa pelas nossas exportações. Em relação a taxa de câmbio real, enquanto expressão do preço relativo dos bens nacionais e estrangeiros, afeta a demanda por estes bens, ou seja, afeta tanto as exportações como as importações. O efeito da taxa de câmbio sobre as exportações e importações já foi abordado no início desta seção. Sabemos que uma depreciação real faz com que os bens produzidos internamente baratos em relação aos estrangeiros, deslocando a demanda dos bens produzidos no exterior para aqueles produzidos internamente, enquanto que os residentes no país adquiriram poucos bens importados. O contrário ocorre se a taxa de câmbio se valorizar; os bens nacionais tornam-se caros em relação aos estrangeiros, desestimulando as exportações e incentivando as importações.

Além da taxa de câmbio, o comportamento geral das importações é também influenciado pelo nível de renda interna. Assim como a renda externa determina o poder aquisitivo dos não - residentes no país, o nível de renda interna é o principal determinante do poder aquisitivo dos residentes no país. Portanto, o efeito resultante de um aumento de renda interna seria um aumento da demanda não só interna mas também externa – os residentes no país estariam estimulados a comprarem mais não só no país como do exterior.

Essa explanação dos fatores determinantes das exportações e das importações pode ser resumida através das seguintes relações:

$$\begin{aligned} 1^{\circ} - \quad & \mathbf{X = x (T_c , Y_{ext})} \\ & \mathbf{dx / dT_c > 0 , dx / dY_{ext} > 0} \end{aligned}$$

onde:

x = exportação

Tc = taxa de câmbio

Y_{ext} = renda externa

$$2^{\circ} - \quad M = M (Tc , Y_{int})$$

$$dM / dTc < 0 , dM / dY_{int} > 0$$

onde:

M = importação

Y_{int} = renda interna

Tc = idem a definição anterior

A 1ª relação significa que as exportações variam numa proporção direta com a taxa de câmbio e numa função inversa com a renda externa. E, a 2ª relação exprime as importações como função inversa da taxa de câmbio e como uma função direta da renda interna.

Isso posto, podemos então apresentar as exportações líquidas – exportação menos importação – da seguinte forma:

$$NX = X (Tc , Y_{ext}) - M (Tc , Y_{int}) = NX (Tc , Y_{ext}, Y_{int})$$

$$dNX / dTc > 0 , dNX / dY_{ext} > 0 , dNX / dY_{int} < 0$$

onde:

Nx = exportações líquidas

Tc, Y_{ext} e Y_{int} = idem a definição anterior

Esta última relação exprime então as exportações líquidas, enquanto resultado das exportações menos as importações, como uma função direta tanto da taxa de câmbio e da renda externa, e como uma função inversa da renda interna.

Nas palavras de Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer (1991, pg. 216) três resultados podem então ser então imediatamente estabelecidos:

- um aumento da renda externa, tudo o mais constante, melhora o balanço comercial do país analisado e aumento da demanda agregada.

- uma depreciação real promovida pelo país analisado melhora a Balança Comercial e aumenta a demanda agregada¹².
- um aumento da renda interna, aumenta os gastos com importação, e piora o balanço comercial.

Vejamos então o traçado da curva das exportações líquidas.

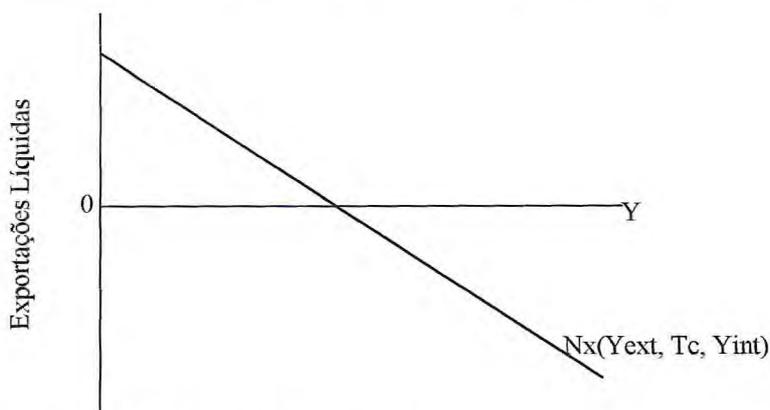


Fig. 1: Curva da Balança Comercial.

A figura mostra que para um dado nível de renda externa e de taxa de câmbio real a curva das exportações líquidas é negativamente inclinada, dado que as importações aumentam com o nível de renda doméstica reduzindo as exportações líquidas. A inclinação da curva é determinada pela propensão marginal a importar, ou seja, pela proporção da renda destinada a importação; quanto maior a propensão marginal a importar mais inclinada é a curva. No ponto onde as exportações líquidas (N_x) se iguala a zero é encontrado a renda que proporciona o equilíbrio do setor externo.

1.4.- Os regimes cambiais no Brasil: uma retrospectiva

No âmbito da globalização financeira vivenciada nos dias de hoje, a liberalização têm sido uma das características mais marcantes de alguns países no que concerne as transações cambiais, com destaque para alguns países em desenvolvimento da América Latina. Dentre

¹² Rudiger Dornbusch, Stanley Fischer / Macroeconomia, 2ª ed., 1991: "Supomos que uma apreciação real piora a Balança Comercial e uma depreciação real melhora a Balança Comercial, desde que existem efeitos opostos de variações no volume e preços".

esses aparece o Brasil como um caso importante na década de 90, cuja situação cambial é bem distinta daquela observada em outros países.

Embora aparentemente paradoxal, no Brasil os primeiros passos no sentido de liberar o câmbio foram dados ao longo dos anos 80, uma fase de grandes dificuldades do balanço de pagamentos. Este processo tem sido marcado pela redução das barreiras, isto é, maior acesso ao mercado, tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda.

No entanto, Reinaldo Gonçalves (1994), afirma que no que concerne a liberalização do mercado via determinação da taxa de câmbio o que se observa foi a transição de uma tentativa fracassada de câmbio flutuante em Março de 1990 para câmbio “quase fixo” em Junho de 1994, mantendo a discricionariedade da política cambial ao longo desses quatro anos.

Desde o início dos anos 80 movimentos cíclicos da taxa de câmbio têm marcado o cenário econômico do país, alternando entre períodos de apreciação e depreciação cambial, seguindo em direção oposta a instabilidade inflacionaria; mais recentemente tem predominado uma valorização da moeda nacional, impulsionada pelas intensas entradas de capitais externos voláteis e pela política interna de juros altos. Para melhor compreender o comportamento do câmbio faremos então nesta seção uma breve revisão dos regimes cambiais no Brasil restringindo-nos basicamente a duas fases:

- 1ª fase – Anos 80
- 2ª fase – Anos 90

1.4.1.- 1ª FASE – ANOS 80

Para esta fase, em que a taxa de câmbio restringiu-se basicamente ao sistema de minidesvalorizações, a política cambial pode ser dividida basicamente em três sub – períodos:

1º - Ao longo do início desta primeira fase, mais precisamente de 1980 a 1984, em que predomina uma política de minidesvalorizações cambiais, o ajuste cambial se faz conforme o princípio da paridade do poder de compra, no intuito de preservar as receitas do setor exportador estimulando a geração de saldos positivos na conta de comércio.

Fatos marcantes na política cambial desse instante foram os casos das maxidesvalorizações de 30% de meados de 1979 e de início de 1983, a primeira marcada por erros de avaliação das autoridades econômicas e pelo fracasso da política de prefixação cambial e a segunda num contexto de crise cambial, escassez de liquidez internacional e recessão mundial.

A política cambial adotada nesse período se mostrou extremamente precária, tendo sido precedida por uma forte estagnação econômica, agravando ainda mais a situação econômica do país que vinha sendo marcada pelo expressivo aumento da dívida externa e interna, pelo aumento dos juros internacionais, pelas conseqüências nefastas do 2º choque do petróleo e pelos tímidos resultados da conta de comércio.

2º- De 1985 até 1987, a política cambial brasileira foi pouco homogênea; inicialmente baseou-se em minidesvalorizações diárias prefixada da moeda nacional, com base na variação da inflação nos três meses anteriores, seguida de um congelamento temporário imposto pelo plano cruzado, na tentativa fracassada de combater a inflação. Após o fracasso deste plano, o congelamento teve como conseqüência imediata a valorização da moeda doméstica, acusando *déficits* na conta de comércio. Já em 24 de Novembro de 1986, o Governo voltou a adotar novamente o regime de desvalorizações diárias, num contexto de expansão da atividade econômica.

3º- Já no final desta primeira fase –Outubro de 1987 a Fevereiro de 1990- passa a vigorar uma política de apreciação cambial, associada a aceleração da inflação. Neste momento, a volatilidade da taxa de câmbio torna-se bem mais ampliada, em razão da tentativa fracassada do plano cruzado e do plano verão em estabelecer o pacto social e em aumentar a credibilidade frente as negociações da dívida externa. Ainda, um grande número de medidas econômicas de combate a inflação foram levadas a cabo, sendo que nenhuma delas se mostrou exitosa.

Pode-se dizer que a principal característica deste período é a implantação do sistema de câmbio flutuante, a partir do qual as operações do mercado de câmbio brasileiro passaram a ser em dois segmentos: o de taxas administradas e o de taxas flutuantes.

1.4.2.- 2ª FASE – ANOS 90

Para simplificação de estudo dividamos também a 2ª fase também em três sub – períodos:

1º- De Março de 1990 a Setembro de 1991, com o plano Collor, o regime da taxa de câmbio passa a ser flutuante, pois ocorre uma diminuição da obrigação do BACEN de estabelecer a taxa de câmbio. Adota-se medidas de desvalorizações como medidas de ajuste cambial, interrompendo a inflação explosiva que havia atingido no início de 1990 patamares espantosos -80% a.m.- e o câmbio altamente volátil fica a mercê de movimentos especulativos, variando mais ou menos de acordo com a inflação esperada no mês.

Novas regras na área cambial fixam metas para as reservas cambiais compatíveis com a base monetária, contando com a intervenção do Governo para garantir o cumprimento de tais metas, ficando o ajuste entre a oferta e a demanda de divisas a cargo do mercado. No entanto, as reservas oficiais só começaram a aumentar no final de 1991, quando a entrada líquida de capitais supera as importações líquidas de bens e serviços. A forte valorização da moeda nacional resultante do excesso de oferta sobre a demanda de divisas estrangeiras, veio no entanto a forçar a intervenção do Governo no mercado, que passou a operar em regime de “flutuação suja”, comprando divisas de modo a propiciar a desvalorização da moeda nacional. No entanto, já nesse período a economia começa a entrar em recessão.

2º - De Outubro de 1991 a Junho de 1994 – a economia aparenta seguir um rumo completamente distinto daquele que vinha seguindo no período do ajustamento externo. A combinação de uma política de apreciação cambial com medidas de desvalorizações diárias e maiores taxas de juros, atraiu a entrada de capital estrangeiro e aumentou as reservas internacionais a um nível tal que chegou a superar os resultados positivos do balanço comercial.

3º- O terceiro e último subperíodo corresponde exatamente ao período da implementação do Plano Real¹³ – Julho de 1994. Não resta dúvidas de que esta é a mais distinta de todas as fases já vividas pela política cambial brasileira.

¹³ Sobre o Plano Real ver Brum (1995).

Implantado o Plano Real, as autoridades monetárias passaram a dar nova dimensão à política cambial, elegendo a taxa de câmbio como um dos principais instrumentos de combate à inflação – maior objetivo do Plano Real.

Na realidade, a política cambial adotada neste período constituiu uma transição de uma etapa de minidesvalorizações com aceleração da inflação para outra etapa da ancoragem cambial e conseqüente apreciação acelerada e real da moeda doméstica.

De início, estabeleceu-se uma relação fixa de R\$1,00 por US\$1,00 e deixou-se que o próprio mercado determinasse o nível da taxa de câmbio sem a intervenção do Banco Central. No entanto, já em Setembro o Banco Central havia retomado o processo de intervenções no mercado no intuito de barrar os persistentes desequilíbrios que vinham ocorrendo no mercado cambial e evitar que a valorização excessiva do Real comprometesse as exportações brasileiras.

No final de 1994, o sucesso do Plano Real era ameaçado pelo que se pode chamar de “contágio vizinhança”; as turbulências no mercado financeiro e cambial mexicano que se arrastaram por todo o ano de 1994 e começo de 1995, combinados com a vulnerabilidade da economia brasileira, determinaram uma recessão do mercado cambial brasileiro que arrastou consigo a produção industrial e a liquidez internacional.

Passada a turbulência nos mercados monetários e financeiros vizinhos a entrada líquida de capitais externos restabeleceu-se ampliando consideravelmente as reservas cambiais oficiais. A partir de Março de 1995, a política cambial foi drasticamente modificada, com a introdução de um novo sistema de flutuação – a de bandas cambiais – restringindo-se a limitação do Governo só quando as cotações ameaçassem os limites. De fato, o câmbio nesta fase é fixo com ensaios de uma política de bandas de flutuação.

No final dos três primeiros anos do Plano, a taxa de câmbio se mostrava fortemente valorizada, ainda que menos volátil que na fase inicial. Entretanto, essa redução da volatilidade foi acompanhada por pioras nos saldos comerciais que chegaram a atingir em 1997 um déficit de US\$1,2 bilhão. As Reservas que inicialmente encontravam-se reduzidas devido à insuficiente entrada líquida de capital para financiar o total de *déficits* acumulados,

se expandiram em razão de uma acelerada expansão da conta de capital acumulando em Julho de 1997, US\$60 bilhões.

Pode-se dizer que até 1997 os principais pilares do plano foram altas taxas de juros combinadas com o regime cambial com bandas deslizantes.

Apesar do sucesso no combate à inflação, o Plano Real parece ter contribuído para agravar o déficit em transações e aumentar a dívida externa. É nesse sentido, que após a crise asiática no final de 1997 passou a ser abertamente colocada a necessidade de uma desvalorização em menor ou maior grau. Por esta época, os persistentes *déficits* comerciais e em transações correntes denunciavam a sobrevalorização do Real e a necessidade de uma desvalorização urgente.

1.5.- Notas finais

A taxa de câmbio permite-nos conhecer o preço pelo qual se efetivam as transações comerciais entre diferentes países, através da padronização das moedas nacionais em uma unidade monetária comum; ou seja, exprime a relação de troca entre países, consistindo portanto num importante fator de competitividade.

O professor Gustav Cassel, formulou em 1916 uma teoria da determinação da taxa de câmbio - *a teoria da paridade de poder de compra* - a qual propõe, baseado na lei do preço único, que a taxa de câmbio entre duas moedas se encontra em equilíbrio quando o poder de compra interno entre as moedas é equivalente ao da taxa de câmbio; esta tem se destacado como a melhor metodologia para o cálculo da taxa de câmbio existente até hoje.

O regime em que opera a taxa de câmbio pode ser fixo ou flutuante. Este último diferencia-se do primeiro por não contar (quando pura) com nenhuma intervenção do Banco Central na administração da taxa de câmbio, o qual é determinado livremente pelas forças de mercado. No entanto, entre esses dois pólos extremos existem outros regimes cambiais, resultantes da combinação dos mesmos, tais como: “flutuação suja” e “bandas cambiais”.

O Balanço de pagamentos, consiste no registro contábil de todas as transações econômico-financeiras realizadas entre residentes de um país com residentes dos demais países, durante determinado período de tempo. Nesse sentido, inclui o saldo das exportações sobre as importações de bens e serviços, as transferências multilaterais e o movimento de capitais. Tendo em conta que através do uso da política cambial, pode-se promover desvalorizações ou valorizações da taxa de câmbio, em maior ou menor grau influenciando no comportamento das importações e das exportações, podemos concluir que o balanço de pagamentos reserva uma certa dependência com relação a taxa de câmbio, que mudando o cenário do comércio externo influi principalmente no comportamento na 1ª conta do balanço de pagamentos – *a Balança Comercial*.

A exportação líquida é uma função crescente da taxa de câmbio, da renda externa e uma função inversa da renda interna, uma vez que esta influencia positivamente as importações.

No Brasil, até o início do plano real predominou um regime cambial com tendência a desvalorização da moeda nacional, revertendo essa tendência no período pós-plano real, quando o câmbio sobrevalorizado passou a determinar *déficits* sucessivos em transações e aumento da dívida externa.

No entanto, após a crise asiática, a necessidade de uma desvalorização passou a ser enfatizada, vindo a ser promovida em 1998.

CAPÍTULO 2

Os novos desafios do comércio internacional e a inserção do Brasil

2.- Introdução

Como resposta a crise internacional provocada pela 1ª Guerra Mundial, as economias do mundo, realizaram esforços no sentido de se ajustarem ao novo cenário internacional, interligando-se e abrindo-se crescentemente.

Tendo em conta este cenário, torna-se interessante verificar como o Brasil, enquanto país em desenvolvimento, se inseriu nesta nova dinâmica mundial. Este é o propósito deste capítulo.

Na primeira seção do capítulo será abordado a questão do novo dinamismo da economia global, enfatizando principalmente as suas modificações no período pós-guerra bem como as suas tendências recentes.

Posteriormente, na segunda seção, será tratado sobre o papel do Consenso de Washington no processo de abertura das economias latino-americanas, sobretudo no processo de abertura da economia brasileira, pois foi a partir deste que os países da América latina, aceitando a hipótese de que a crise das suas economias advinham de fatores internos e seguindo os conselhos do Consenso, aderiram ao processo da abertura comercial.

A última seção será dedicada a um estudo detalhado do processo de abertura da economia brasileira, pela inserção do Brasil na nova dinâmica mundial, apresentando-se as suas fases e os seus principais empecilhos. Papel de destaque será atribuído ao Governo Collor, dado a sua opção pela aceleração do processo de abertura.

2.1.- O Dinamismo da Economia Mundial

Em contraste com a relativa prosperidade do período antes da Primeira Guerra Mundial, a economia mundial no período pós Primeira Guerra Mundial, assim como nos conturbados anos do período entre guerras, com as hiperinflações de países europeus e a crise dos anos 30, vivificou grandes perturbações, reduzindo-se o comércio internacional bem como os fluxos internacionais de capitais.

Segundo as autoridades da época talvez o principal problema deste período tenha sido a ruptura do chamado padrão – ouro – espécie de sistema monetário internacional tacitamente aceito pelas principais nações desenvolvidas no período anterior a 1ª Guerra Mundial.

Já ao final da Segunda Guerra Mundial, quando se fazia presente a dinamização das relações econômicas internacionais, tanto comerciais como financeiras e num cenário em que o comércio mundial passou a ser encarado como um importante instrumento para potencializar o desenvolvimento do mundo capitalista, mostrava-se necessário a existência de um novo sistema monetário internacional como viabilizador das transações entre países, estabelecendo regras e convenções que regulassem as relações monetárias e financeiras e facilitassem o desenvolvimento mundial.

É dentro desse contexto que em julho de 1944 foi realizada a Conferência de Bretton Woods (nome pela qual ficou a conferência monetária e financeira das Nações Unidas), com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Nesta conferência foram lançadas algumas propostas de remodelagem do sistema monetário internacional, dentre as quais destacam-se as do economista inglês John Maynard Keynes e a do Henry White¹⁴, com o predomínio da segunda proposta. Assim, nasceu o sistema de taxas de câmbio de Bretton Woods, sobre o qual se baseou o desenvolvimento e reflorescimento do comércio mundial do pós-guerra.

Nesse mesmo contexto, foram assinados vários outros acordos que tiveram validade para o conjunto de países capitalistas liderados pelos E.U., resultando na criação de três

¹⁴ Secretário do Tesouro dos E.U.A..

importantes instituições econômicas, as quais junto com primeira passaram a definir o conjunto das quatro principais instituições econômicas do pós-guerra:

- o Sistema de Taxas de Câmbio de Bretton Woods
- o Fundo Monetário Internacional (FMI)
- o Banco Mundial
- o Acordo Geral e Tarifas e Comércio (GATT)
- A criação da OMC

Vejamos sucintamente cada uma delas.

2.1.1.- O Sistema de Bretton Woods

Procurando flexibilizar o chamado padrão-ouro, esse novo sistema consagrou uma gestão de taxas de câmbio estabelecendo o dólar como moeda internacional – o padrão dólar-ouro.

Ao contrário do padrão-ouro clássico, no qual o valor de uma moeda nacional era legalmente definido em termos de uma quantidade fixa de ouro, em termos internacionais e a nível interno, impondo a existência de moedas conversíveis a qualquer momento em ouro de acordo com as taxas fixadas legalmente, no padrão dólar-ouro o dólar era a única que manteria sua conversibilidade em relação ao ouro. Em relação as outras moedas, o seu valor era fixado não diretamente no ouro, mas em relação ao dólar a uma taxa de câmbio fixa; ou seja, o dólar tinha uma paridade com o ouro e as demais moedas com o dólar, havendo a possibilidade de ajustar a taxa de câmbio quando se verificasse um desequilíbrio fundamental. O regime de taxas de câmbio fixas assim definida era então mais ajustável, acoplando a estabilidade do padrão – ouro a flexibilidade do sistema.

Esse sistema que foi mantido durante as três primeiras décadas que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, já nos anos 50 deparou-se com o limite a sua sustentação, que ficou conhecido como “*O paradoxo de triffin*”¹⁵; o seu fim veio a ser decretado por Nixon

¹⁵ O Paradoxo de Triffin consistia do seguinte: para que a expansão ocorresse era necessário o crescimento das reservas mundiais em dólares, o que só se concretizava via déficits externos dos E.U.A.. No entanto, se esse

em 1971, impulsionado pela pressão da emissão de dólares para financiamento de guerras (inclusive o do Vietnã), com a política keynesiana da década de 60 e os conseqüentes aumentos dos *déficits* americanos acirrando a questão.

Com o fim do padrão dólar-ouro, aumentou a instabilidade baseada em taxas flutuantes de câmbio e o dólar perdeu a sua importância principalmente em relação ao ien e ao marco alemão.

2.1.2- O Fundo Monetário Internacional (FMI)

Este órgão que ainda hoje administra o sistema monetário internacional, com sede em Washington, foi criado com a finalidade de:

- promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenando as paridades monetárias e evitando possíveis instabilidades cambiais bem como garantindo a estabilidade financeira, eliminando as práticas discriminatórias e restritivas aos pagamentos multilaterais; pressupõem-se neste sentido, a instabilidade financeira interna e o combate a inflação nos países membros como uma de suas metas.
- levantar fundos entre os diversos países membros, para socorrer os que se encontravam em dificuldades nos pagamentos internacionais e se ocorresse desequilíbrios transitórios em seus balanços. Inicialmente caso esses desequilíbrios ocorressem, o FMI poderia financiá-los com os chamados empréstimos compensatórios¹⁶. Posteriormente, em 1967, para regular os auxílios aos países com problemas¹⁷, foi criado o Direito Especial de Saque (DES), que passou a funcionar como uma moeda escritural de aceitação internacional e cuja paridade é regulada por um conjunto de dezesseis moedas em que cada país tem sua cota proporcional a seu capital junto ao FMI.

déficits fossem sistemáticos e se os ativos em ouro Norte-Americanos fossem constantes, aumentaria a desconfiança na conversibilidade do dólar e por conseguinte a base de acordos de Bretton Woods seria destruída. Porém, o crescimento também não ocorreria se não houvesse injeção de liquidez.

¹⁶ Apenas quando estes desequilíbrios forem considerados persistentes, é que a desvalorização da taxa de câmbio pode ser efetuada.

2.1.3- O Banco Mundial

Sediado em Washington, este banco foi criado visando inicialmente financiar os projetos de reconstrução econômica dos países atingidos pela guerra e posteriormente de promover o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. As contribuições de cada país membro ao capital do BIRD¹⁸, assim como o direito a voto, são estabelecidas proporcionalmente à sua importância econômica. Com taxas de juros bastante reduzidas o banco financia os projetos economicamente viáveis e relevantes para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos que não obtêm financiamento do setor privado, bem como funciona como avalista de empréstimos efetuados por particulares a estes projetos.

2.1.4- O GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio¹⁹

Firmado alguns anos depois da conferência de Bretton Woods, Genebra -1947, esse tratado multilateral de comércio internacional, tem como objetivo básico a redução das restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral. Nesse sentido rege-se por três princípios básicos:

- tratamento igual, não discriminatório, para todas as nações comerciais;
- redução das barreiras comerciais por meio de negociações; e
- eliminação das cotas de importação

O Gatt atua principalmente através de “rodadas” de negociações entre os países envolvidos no comércio internacional, buscando reduzir as barreiras impostas a este comércio através de impostos alfandegários e quotas de importação.

Com a liberalização multilateral administrada pelo Gatt, o pós-guerra mundial mostrou-se um período de crescimento econômico acelerado, baseado sobretudo no comércio mundial, cujo fluxo de crescimento sem precedentes na história da humanidade, chegou inclusive a ultrapassar o da produção mundial. As economias tornaram-se muito mais abertas.

¹⁷ Os auxílios são vinculados à finalidade que será atendida com a quantia e devem ser desenvolvidos em prazos que variam de 3 a 5 anos.

¹⁸ O Banco Mundial também é conhecido como BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

Um retrato desta tendência de maior crescimento do comércio do que do produto pode ser visualizado nas tabelas 1 e 2 abaixo apresentadas, sendo que na tabela 2 temos a evolução da participação das exportações mundiais no PNB mundial, que em 1965 correspondia a 12% e em 1990 chegou a atingir cerca de 15%.

Tabela 1 – Participação do comércio exterior no PIB – 1990

	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>
<i>Mundo</i>	15,0	15,6
<i>Bloco Europeu</i>	27,6	28,3
<i>Bloco América do Norte</i>	10,1	12,4
<i>Bloco Asiático</i>	16,4	15,3
<i>Mercosul</i>	11,1	7,1

Fonte: extraída de Thorstensen, V. [et alli] (1998; p.18)

Tabela 2 – Crescimento da economia e do comércio mundial (taxa anual média)

	<i>1980-85</i>	<i>1985-90</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>
<i>Exportações</i>	-0,9	12,3	1,6	5,9
<i>PNB</i>	2,6	3,3	0,0	1,0

Fonte: baseada em Thorstensen, V. [et alli] (1998; p.18).

2.1.5- A Criação da OMC

Diante da falha do GATT, na década de 80, vários acordos bilaterais começaram a surgir entre alguns países; no entanto, após uma de suas rodadas de negociações, a Rodada de Uruguai, em 1993 o GATT sai renovado, com novas formulações operacionais no comércio internacional, contando com cerca de 120 países-membros. A partir de então, o GATT passou a denominar-se OMC- Organização Mundial de Comércio.

¹⁹ General Agreement of Tariffs and Trade.

A partir deste cenário, a economia mundial vem se modificando sobremaneira dirigindo-se para um sistema econômico global, com as mudanças ocorrendo em diferentes esferas: i) no desenvolvimento técnico – produtivo; ii) na órbita financeira; iii) no comércio; e iv) na parte gerencial e organizacional. Assiste-se a uma internacionalização das empresas e do mercado de capitais e a um crescimento dos fluxos financeiros domésticos mais rapidamente que os empréstimos domésticos. Todo esse processo é decorrente em grande parte dos ajustes das economias capitalistas centrais como resposta aos choques dos anos 70 e a falência do sistema monetário internacional que emergiu do acordo de Bretton Woods.

Em linhas gerais podemos apontar três grandes grupos de novas tendências globais:

1. as transformações na esfera produtiva;
2. a globalização;
3. nova política comercial com a tendência a formação de grandes blocos regionais.

1- Na esfera produtiva é notável o crescimento do progresso tecnológico, com o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias. As inovações na área eletrônica conjugadas com as da informática, telecomunicações e mecânica, desencadearam mudanças profundas em toda a extensão das estruturas produtivas, criando novos produtos, novas oportunidades de negócios e novos fatores de competitividade, com gastos cada vez mais elevados em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Assiste-se a uma profunda reestruturação organizacional das empresas, mais flexível, desenvolvendo mais integração tanto interna (produção, vendas e gerenciamento de produtos), como externa das empresas (relações com clientes/ fornecedores). Proliferam os contratos de franchising, acordos de licenciamento, joint-ventures e as subcontratações bem como a verticalização transnacional.

Do lado do mercado de trabalho, exige-se cada vez mais, mão de obra qualificada, obrigando os países a realizarem um esforço maior de reciclagem e treinamento com vistas a adaptá-la às novas tecnologias.

No entanto, todas essas mudanças têm desencadeado uma preocupação mundial – o desemprego, sobretudo estrutural.

Essas mudanças tecnológicas e o acirramento da concorrência a elas associadas, tem impelido um processo de reestruturação produtiva e comercial não mais no âmbito nacional, mas a nível mundial, de modo que podemos falar em um forte processo de internacionalização econômica e na chamada globalização produtiva.

2- A globalização - esta etapa recente²⁰ e mais avançada do processo de internacionalização, teve o seu início decretada na década de 60, com a internacionalização bancária causada pelo crescimento do comércio e do investimento externo direto, num momento de grandes transformações tecnológicas e competição mundial.

Este processo tem ganhado definições diversas:

- Emergência de uma nova ordem mundial única
- Processo de interdependência ascendente entre países e povos nas suas relações produtivas, comerciais, financeiras, tecnológicas e culturais, cujo comando central é exercido pelas forças de mercado.

Porém, todas essas definições apontam para um processo marcado por uma interação, não somente das órbitas econômicas e políticas, mas também pela participação decisiva dos meios de comunicação, através dos processos de inovações tecnológicas.

Sobre o comando imperialista dos E.U.A. e da Tríade um primeiro sinal da globalização foi a abertura e desregulamentação dos comércios e mercados financeiros. Os E.U.A. ao responder ao enfraquecimento do dólar criou condições para o surgimento de novas formas de intermediação financeira e para o surgimento da globalização.

Dentro da discussão da globalização a questão mais enfatizada é a referente a globalização financeira, que segundo Gonçalves (1995) pode ser entendida como um fenômeno que tem três dimensões que se reforçam mutuamente:

1º- refere-se a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais (principalmente dos países desenvolvidos).

²⁰ Para alguns autores a globalização não é um fenômeno recente, mas sim uma etapa do desenvolvimento capitalista cujo objetivo é romper com algumas conquistas sociais "Estado de Bem Estar".

2º- refere-se ao acirramento da concorrência no que diz respeito ao sistema financeiro internacional.

3º- refere-se ao avanço do processo de internacionalização da produção de serviços financeiros.

No capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia, com os capitais centralizados, por sua força expansiva, suplantando os mercados nacionais e distribuindo-se por diversos mercados- processo de financeirização.

O ideário da globalização nos faz crer que esta se trata de um processo universal, contínuo, homogêneo e progressivo. No entanto, as evidências têm apontando para um processo firmador de grandes concentrações e desigualdades de classes e disparidades regionais entre países, intensificador de conflitos na forma de lutas separatistas regionais ou nacionalistas. Isso devido sobretudo ao seu direcionamento, quase monopolizado pelos países da Tríade e pelos E.U., os quais têm sido os mais beneficiados pela globalização.

A globalização foi universal mas o benefício não o foi. O processo tem também promovido uma redução da soberania dos estados nacionais, mas não para todos os países. Os seus efeitos têm se mostrado portanto desiguais, descontínuos e contraditórios²¹.

3- Em termos de política comercial, o que se observa é o desgaste do multilateralismo e a ascensão do protecionismo na área de comércio internacional caracterizando a chamada época dourada do pós-guerra (década de 70), em função da ruptura do sistema monetário internacional, do acirramento da concorrência internacional e dos problemas enfrentados pelos países no período pós-guerra.

As regras do comércio também estão sofrendo mudanças profundas, com a globalização, a crescente competição entre as nações e a gestão da interdependência e dos conflitos de comércio através de acordos, resultando na formação de blocos regionais de comércio e comércio administrado. No final dos anos 80 e início dos anos 90, o destaque fica para o processo de liberalização dos países em desenvolvimento.

²¹ Mais informações sobre o processo de globalização podem ser encontradas em Gonçalves (1994).

No que refere aos padrões de comércio, verificou-se uma crescente participação do setor serviço neste comércio, bem como o crescimento da importância dos produtos manufaturados em detrimento dos primários. O comércio intraindustrial e entre países desenvolvidos cresceu e a divisão internacional do trabalho se modificou em função da maior exportação de manufaturados pelos países em desenvolvimento, como os tigres asiáticos e o Brasil, desestruturando o modelo típico no qual aos países periféricos era destinado a exportação de produtos primários e aos países centrais a exportação de manufaturados. Assim, o padrão de especialização e de comércio entre países tornou-se mais complexo.

O Pronunciado aumento de acordos para remoção mútua das barreiras e a formação de blocos regionais como o EEE²², NAFTA na América do Norte²³, a área de livre comércio asiática e o Mercosul²⁴, ainda que de forma bastante desigual, são os outros aspectos que marcaram a década de 80. Essa tendência à integração internacional com a formação desses blocos é em grande parte forçada pelas dificuldades enfrentadas no comércio internacional, dado o desgaste do GATT, o declínio do multilateralismo e as modificações produtivas em curso, e das pressões das forças de globalização.

Parcela significativa do comércio mundial já está sendo feita intra e interblocos regionais, compreendendo o bloco europeu, o bloco da América do Norte e o bloco asiático, abrangendo 85% do comércio mundial.

A partir dos dados do GATT de 1992, é possível contrastar os volumes de exportações e importações mundiais dos grandes blocos regionais.

²² EEE - Espaço Econômico Europeu.

²³ NAFTA - North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).

²⁴ Mercosul - Mercado Comum do Cone Sul.

Tabela 3 – Comércio internacional de mercadorias por blocos 1992 (US\$ bilhões)

<i>Bloco</i>	<i>Exportações</i>		<i>Importações</i>	
	US\$	%	US\$	%
<i>Mundo</i>	3.731	100	3855	100
<i>Bloco da América do Norte</i>	628	17	745	19
<i>Bloco Europeu</i>	1.682	45	1.746	45
<i>Bloco Asiático</i>	850	23	675	18
<i>BAN + BE + BA/Total</i>	3.160	85	3.166	82

Fonte: baseada em Thorstensen V. [et al] (1998;p.38)

Neste cenário em que se verificava grande crescimento da liquidez mundial e do fluxo de capitais, países em desenvolvimento, ainda com problemas de estabilização econômica e de dívida externa, aproveitaram o momento para entrar em movimentos liberalizantes com vistas a participar deste intenso fluxo internacional de capitais. Assim, algumas questões surgem em relação ao caso específico do Brasil. As seções seguintes, estarão então reservadas a uma maior exploração da questão da inserção do Brasil nesta nova dinâmica mundial, em que predomina a abertura das economias.

2.2.- O Papel do “Consenso de Washington” na abertura

No final da década de 80, os principais órgãos econômicos do Primeiro Mundo, tais como o FMI, BIRD, Governo e economistas Norte - Americanos entre outros, se reuniram no intuito de chegar a um diagnóstico e receituário para as crises e medidas dos países latino americanos que estavam com problemas de inflação alta e crise fiscal, constituindo assim o “Consenso de Washington” que colocado de forma geral era um composto de:

“ políticas econômicas que enfatizavam a liberalização dos fluxos comerciais, desregulamentação da economia, redução do papel do Estado, privatização das estatais e supervisão dessas políticas econômicas pelas instituições multilaterais situadas em Washington – FMI, BID e BIRD” (Bresser apud Freitas,1997).

O “Consenso de Washington” representa um conjunto de regras de condicionalidades aplicadas pelos organismos financeiros internacionais aos países periféricos em troca de apoio político e financeiro das grandes potências internacionais.

De acordo com esse consenso²⁵, ficou esclarecido que a crise econômica latino-americana se assentava não em raízes externas e sim estava relacionada a duas causas internas básicas: (1) no estatismo - excessiva intervenção estatal, que se expressa no protecionismo, na regulamentação exagerada e num setor público superdimensionado; e (2) no populismo econômico, caracterizado pela falta de vontade de eliminar o déficit orçamentário.

Assim, nas palavras de Bresser Perreira (1996), partindo desse julgamento, as reformas econômicas deveriam no curto prazo, combater o populismo econômico e controlar o déficit orçamentário; e no médio prazo, deveriam seguir uma estratégia de crescimento orientada para o mercado, isto é, reduzir a intervenção estatal, liberalizar o comércio exterior e incentivar as exportações.

Foram então recomendadas um leque de medidas de cunho liberalizantes, como única solução para os problemas enfrentados pelos países latino americanos. Dentre essas destacam-se :

- (1) disciplina fiscal, onde o Estado deveria limitar seus gastos para eliminar o déficit fiscal;
- (2) redução do tamanho do Estado, com redefinição do papel do mesmo;
- (3) privatização das empresas estatais, para o Estado dedicar-se especificamente às áreas de regulamentação das regras sociais e econômicas;
- (4) abertura comercial, para impulsionar o processo de globalização econômica;
- (5) abertura financeira, com a finalidade de diminuir as restrições às instituições estrangeiras;
- (6) fim das restrições ao capital externo;
- (7) desregulamentação das atividades econômicas;

²⁵ Bresser Perreira (1996) ao se referir ao Consenso de Washington designa-o de "Abordagem de Washington", pois, segundo ele, apesar desta abordagem ser a dominante em Washington e de maneira geral nos países industrializados, ela não é necessariamente uma abordagem consensual.

- (8) reestruturação do sistema previdenciário;
- (9) investimento em infra-estrutura básica, educação e saúde;
- (10) fiscalização dos gastos públicos, com o fim de obras faraônicas e dos subsídios.

Dessa forma, as regras acima exerciam (e ainda exercem) uma poderosa influência sobre os governos Latino- Americanos, que deveriam assim, seguir uma estratégia orientada para o mercado, reduzindo a intervenção estatal, liberalizando o comércio exterior e superando as crises.

Bresser Perreira, 1996 *in* Reformas Econômicas em Democracias Novas, críticas o “Consenso de Washington” de diversos modos por: não reconhecer suficientemente a gravidade fiscal; fazer concessões demais aos credores internos e externos; não estabelecer uma razoável repartição do ônus do ajuste; basear-se numa avaliação equivocada da natureza da inflação; propor programas de estabilização com custos excessivos; e mais importante de tudo, porque mesmo que tenha sucesso na estabilização, não oferece estratégias para a recuperação das poupanças públicas e de incentivo à retomada do crescimento.

Em linhas gerais pode-se então dizer, que as críticas atribuídas ao “Consenso de Washington”, referem-se ao fato das reformas estruturais por este consenso preconizadas terem um caráter negativo; conduzem a uma estratégia de desenvolvimento onde o mercado terá um papel central, mas onde o Estado reorganizado e menor terá uma tarefa de orientação.

Ainda assim, se o “Consenso de Washington”, for combinado as pressões internas (que rejeitam o internacionalismo ingênuo e subordinação ao exterior) e for identificado com os interesses nacionais e se tiver determinação para enfrentar a crise, poderá ser eficaz.

Dentro dessa nova ordem mundial, o Brasil diante de uma situação de extrema vulnerabilidade externa dado o elevado nível de endividamento externo e devido aos fracassos sucessivos dos planos heterodoxos e ortodoxos de combate a inflação, não

tinha condições de reagir as pressões dos organismos multilaterais de crédito, o que determinou a sua adesão, com o Plano Collor, aos princípios neoliberais preconizados pelo “Consenso de Washington”. Assim como o Brasil, os demais países da América Latina, remoldaram suas políticas econômicas, optando por programas de liberalização comercial, em momentos distintos entre meados de 1970 e início dos anos 90. Segundo Canuto (1994), diferenças entre suas estruturas produtivas prévias, no timing e na intensidade dos programas de abertura, em seus contextos macroeconômicos e externos, entre outros, implicaram em resultados substancialmente distintos. No entanto, as políticas de liberalização implementadas nas quatro maiores economias da América Latina (Brasil, México, Argentina e Chile) contemplam quatro pontos básicos:

- eliminação ou redução da cobertura de barreiras não tarifárias;
- diminuição no nível médio das tarifas de importação;
- redução do grau de dispersão na estrutura tarifária e
- diminuição ou extinção de impostos sobre exportações.

Dentre esses quatro países Chile e Argentina foram os primeiros a optarem por tal programa nos anos 70, sendo seguidos pelo México que aderiu em 1985-86 e por último o Brasil no início dos anos 90.

Nesse contexto, acordos para formação de blocos comerciais regionais também se fizeram presentes neste e em outros casos da América Latina e do Caribe, representando um mecanismo pelo qual estes países consolidariam o processo de liberalização comercial. Dentre esses acordos destaca-se o *MERCOSUL*, cujas bases foram definidas em 26 de março de 1991, através do Tratado de Assunção assinado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, determinando a constituição de um Mercado Comum.

Os principais objetivos do MERCOSUL, encontram-se definidos no artigo 1º do capítulo 1 do Tratado de Assunção, onde se atribui as seguintes implicações ao Mercado Comum:

“Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

Estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos- comerciais regionais e internacionais; Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes- de comércio exterior, agrícola, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem- a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e o compromisso destes Estados em harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração". (Tratado de Assunção de 1991, artigo 1º do capítulo 1º, de acordo com o decreto 350 de 25.11.91, aprovado pelo decreto - legislativo n º 197 de 25.09.91.)

Desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção várias negociações foram feitas com a finalidade de se alcançar esses objetivos, sendo que até recentemente os maiores avanços nesse sentido foram constatados no tocante a formação da Área de Livre Comércio e estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, ainda com exceções, formando assim a “*União Aduaneira Imperfeita*”, dado às diferenças tarifárias ainda praticadas para alguns produtos no intuito de favorecer as empresas nacionais que precisarem nivelar-se para competir num mercado aberto. No entanto, pretende-se alcançar até o ano 2006 a União Aduaneira “perfeita” quando todos os produtos deverão circular livremente no MERCOSUL e uma *Tarifa Externa Comum* sem listas de exceções, deverá ser aplicada aos produtos importados de fora deste mercado comum.

2.3- A inserção internacional do Brasil no novo cenário mundial – A abertura econômica

O Brasil em função da estagnação econômica e de seus problemas de estabilização, decorrentes principalmente do modelo de desenvolvimento ao qual aderiu, deparou-se com grandes dificuldades em acompanhar as mudanças no âmbito tecnológico, financeiro, comercial que ocorreram a nível mundial.

No que tange ao crescimento do produto, a melhoria das condições médias de vida e alteração da estrutura produtiva no sentido de se fornecer bens mais complexos e com maior produtividade, o Brasil aparece como um dos casos mais bem sucedidos de desenvolvimento econômico no período pós-guerra, pelo menos até a década de 80.

Várias mudanças ocorreram na sociedade e na economia brasileira, com amplas transformações na base produtiva e nas condições de vida da população, a partir da passagem

do Brasil da condição de uma sociedade agrária exportadora para a de uma sociedade altamente urbanizada e industrializada.

Após a mais séria das crises econômicas mundiais – A Grande Depressão de 1929-33 - que reduziu o comércio mundial a um terço e que causou uma ruptura do desenvolvimento econômico brasileiro, a consciência sobre a necessidade de industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento veio à tona. Produzir internamente o que antes era importado, de modo a defender o nível da atividade econômica tornou-se prioridade. O dinamismo da economia brasileira passou desde então a ser indissociavelmente vinculada ao processo de industrialização. Os anos 30 são considerados a 1ª fase do processo de industrialização, cuja forma assumida foi designada de **Processo de Substituição de Importação (PSI)**.

Nas palavras de Patrick Gremaud, *in* Economia Brasileira Contemporânea., “o PSI caracteriza-se pela idéia de construção nacional, ou seja, alcançar o desenvolvimento e autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários”.

Assim, nesta fase a política de comércio externo era a de impedir a entrada de produtos estrangeiros e com isso apoiar o desenvolvimento da indústria doméstica. Foi neste sentido, que se estabeleceu um rígido controle administrativo sobre as importações e se montou um sistema de apoio às exportações via subsídios e financiamentos.

Mas, o processo só se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial, quando os investimentos industriais deixaram de se direcionar para bens de consumo leves para passarem a se direcionar para bens intermediários. Foi retomado em 1956-80 no plano de metas adotado no Governo Juscelino Kubitschek, com a implantação da indústria pesada, atingindo o seu auge na década de 70.

Após a desaceleração cíclica que ocorreu no início dos anos 60, devido sobretudo as limitações do setor industrial que se desenvolveu sob a proteção de barreiras tarifárias e não-tarifárias, a década de 70 significou para o país um período de intenso processo de acumulação e expansão industrial, marcada não só por um significativo crescimento da produção e do

emprego industrial, como pelo desenvolvimento de uma estrutura industrial integrada que se apoiou no processo de industrialização pesada que se instaurara a partir de 1956.

Dentro desse quadro, o Brasil em 1980 havia logrado completar a industrialização dentro do padrão dominante- o de 2ª Revolução Industrial. No entanto, a estratégia brasileira da industrialização com vista a substituição das importações para promover o desenvolvimento econômico do país ,(caracterizada por Otaviano Canuto, 1994, de tardia e periférica), foi ao mesmo tempo um sucesso e um fracasso; pois, apesar de ter resultado na industrialização do país, não só não diminuiu a dependência externa, como tornou-o mais dependente do exterior no que se refere ao abastecimento de insumos, ao financiamento e ao mercado absorvedor de seus produtos.

No geral o Brasil realizou poucos esforços de desenvolvimento de tecnologia própria, ficando a mercê da importação de tecnologia, a qual ao chegar no país normalmente ou já se encontrava defasada ou não se adaptada as condições internas. Além do mais, o processo de industrialização concentrou-se em grande parte no capital estrangeiro criando uma certa dependência externa e na concentração e centralização de capital, sentida em função do alto grau de participação das empresas multinacionais na economia brasileira, as quais foram gradativamente ocupando o espaço das empresas nacionais monopolizando a economia e dos empréstimos bancários. Apesar da extrema importância do financiamento externo no desenvolvimento brasileiro, este processo de endividamento externo resultou numa situação internacional constrangedora para o país, o que pode ser visto pelas sucessivas crises de pagamento desses compromissos com a crise dos anos 80.

Como reação à conjuntura da década de 80, marcada pela crise mundial do petróleo, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril do petróleo agravando intensamente o balanço de pagamentos, pela estagnação econômica e pelo descontrole inflacionário, assistiu-se neste período a um desmoronamento de todo o esforço de industrialização brasileira. O ciclo expansionista de 1973 que dependia cada vez mais da situação externa favorável foi completamente desestruturada.

A política de C&T que enquanto projeto de autonomia tecnológica restringiu-se à indústria da informática e enquanto apoio financeiro mais significativo às atividades de

pesquisa e desenvolvimento de natureza militar, conseguiu mobilizar ao longo da década de 70 volume crescente de recursos de fontes orçamentárias da união e dos estados, das agências de financeiras governamentais e do exterior; a partir do início dos anos 80, viu esses recursos substancialmente reduzidos devido a crise fiscal que marcou o período e a pouca prioridade dada a questão da C&T pelas novas autoridades responsáveis pela área. O setor privado por sua vez demonstrou pouco comprometimento no âmbito produtivo, reservando-se as empresas estatais os resultados mais significativos.

Durante este período designado de “década perdida”, o Brasil encontrava-se pressionado não só pela crise fiscal e financeira interna mas também pela crise da dívida externa, partindo assim para uma política de geração de divisas a todo custo, que se refletiu no apoio às exportações e controle das importações. As pressões para o aumento das exportações adviram tanto da retração do mercado interno como da necessidade de incremento do superávit do balanço comercial para pagamento da dívida externa

Pressionado pelos Governos dos países industrializados desenvolvidos para eliminar ou moderar os vários programas de incentivos às exportações, o Governo decretou várias maxidesvalorizações e adotou uma taxa de câmbio regulada por minidesvalorizações que não ficava defasada em relação a taxa de inflação.

O estado brasileiro caracterizou-se nesta época por uma perda de sua capacidade de intervir nas políticas fiscais, tecnológicas e industriais, ficando comprometidos vários setores da economia. O nível de investimento reduziu-se para a maioria das empresas, bem como as inovações e organizacionais, com nítida perda de competitividade da indústria brasileira.

Cabe ressaltar, a pouca atenção atribuída a educação e as atividades de P&D, não só durante o período da década perdida mas durante todo quase toda a história brasileira, que acabou determinando as seguintes características para a década de 80: i) deterioração do sistema educacional; ii) elevada transferência de tecnologia; iii) baixo P&D a nível da firma iv) e atraso tecnológico sem precedentes, sobretudo em relação aos setores considerados os mais dinâmicos.

Em termos comerciais, o Brasil que ao longo do PSI anos foi marcado por desequilíbrios sucessivos do balanço de pagamentos, teve esses desequilíbrios agravados na década de 80, devido sobretudo ao excessivo protecionismo²⁶, com as exportações cada vez mais dinâmicas. Teve assim a fragilização da competitividade externa dos seus produtos decretada e o processo de globalização atingiu em cheio a sua economia.

Deste modo, enquanto um “global trade”- comerciante que não se concentra em nenhuma faixa específica no mercado internacional, mas ao contrário, que dirige suas exportações e importações para uma grande diversidade de regiões- o Brasil necessitava de alguma abertura comercial à medida que eram necessárias importações, não só no sentido de revigorar o multilateralismo mas também de recuperar o território perdido em termos de tecnologia e ampliar a capacidade de pagamento.

2.3.1.- A 1ª fase da abertura (1988/89)

Os primeiros passos no sentido de liberar o comércio foram dados em 1988/89, com o Plano Verão, como forma de forçar o confronto da economia nacional a competição internacional.

Embora tímidos quando comparados as medidas adotadas a partir de 1990, as medidas adotadas no biênio 1988/89 determinaram uma mudança na orientação comercial brasileira, com a redução de alíquotas de importação e a adoção de medidas tópicas restringindo determinadas barreiras não tarifárias. O marco de um regime mais liberal, representando uma ruptura com a prática do protecionismo até então vigente foi a reforma tarifária²⁷ ocorrida em maio de 1988, a qual se constitui no 1º conjunto de medidas liberalizantes desde o início dos anos 80. A reforma teve como medidas mais importantes: ii) a redução das alíquotas e a eliminação do IOF²⁸ incidente sobre às importações; ii) diminuição da taxa de melhoramento dos portos; iii) e a eliminação de alguns regimes especiais de isenção.

²⁶ Esse protecionismo foi forçado pelas circunstâncias: choque de petróleo, problemas de pagamento da dívida externa, etc..

²⁷ A reforma tarifária foi implementada em 17-06-88, através da Resolução 1516 do Comitê da Política Aduaneira (CPA).

²⁸ IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Um dos efeitos mais marcantes dessa reforma foi a redução da tarifa média de importação brasileira de 51% que vigorou entre 1985 e 1987 para 41% em 1988, o qual pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 4- Tarifa Média de Importação Brasileira (%)

<i>Ano</i>	<i>1985</i>	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>
<i>Média</i>	51,3	51,3	51,0	41,0	35,5	32,2
<i>Desvio padrão</i>	26,0	26,0	26,3	17,6	20,8	19,6

Fonte: baseado em Azevedo (1998; p.39)

Contudo, essa reforma não foi suficiente para eliminar a redundância tarifária e os regimes especiais de importação²⁹.

Em 1989, o Governo deu continuidade ao processo de redução do protecionismo com uma nova redução generalizada das alíquotas de importação, que permitiu que a alíquota média caísse para 35,5%³⁰. Neste ano verificou-se o melhor desempenho das importações desde o início de 1983, que atingindo US\$ 18,263 bilhões representou 4,48% do PIB³¹. Dentro do processo de abertura este constitui o único ano em que atuaram em simultâneo os três seguintes fatores:

- crescimento econômico (o PIB se elevou em 3,2%),
- valorização cambial,
- flexibilização comercial.

No entanto, a cristalização desta tendência liberalizante só veio a se confirmar em 1990 com o Governo Collor.

²⁹ Os regimes eliminados abrangiam apenas 15,8% das importações totais do país, exclusive do petróleo em 1985.

³⁰ Essa redução das alíquotas de importação constitui a 2ª rodada da reforma tarifária que ocorreu em 05-09-89, por intermédio da Resolução 1666 do CPA.

³¹ Esse desempenho, deve-se à conjugação em 1988 de medidas que reduzissem o impacto das restrições tarifárias e não-tarifárias incidentes sobre as importações.

2.3.2- O Governo Collor e aceleração da abertura (1990/93)

Em 1990 o presidente Fernando Collor assumiu com um discurso pretensamente moderno, onde abertura da economia brasileira e a integração desta ao movimento de globalização passou a constituir meta prioritária do Governo.

“ A abertura da economia é um dos símbolos do Governo Collor ” (Araújo Jr.,1991).

Dado a magnitude do fenômeno inflacionário no Brasil e a seqüência de fracassos dos vários planos de estabilização levados a cabo no intuito de frear esse fenômeno, controlar a inflação e abrir a economia constituíram um desafio ao Governo Collor.

Ao lançar o plano de estabilização, o Novo Governo tomou várias medidas no sentido de ampliar o grau de inserção da economia brasileira na economia mundial, através de uma profunda mudança na política de importação; decretou-se o fim da maioria das barreiras às importações, que constituíram a base do regime protecionista que vigorou durante a década de 80³². Esse relaxamento das dificuldades de importação reverteu inclusive o balanço de pagamentos.

O medo da fuga dos ativos financeiros decorrente das modificações do sistema financeiro internacional, levou a determinação de uma política econômica interna baseada em elevadas taxas de juros e maior liberdade cambial, resultando num crescimento ainda maior do fluxo de capitais privados que vinha se expandindo desde o final da década de 80, após a brusca redução ao longo da crise da dívida externa.

Visando romper com a indexação da economia, o Governo Collor adotou como receituário o seguinte conjunto de medidas:

i) Reforma monetária

Centrou-se basicamente na redução da liquidez da economia, através do bloqueio de cerca de metade dos depósitos a vista, 80% das aplicações de overnight, aplicações de curto

³² Em 15-03-90, através da portaria 56, eliminou-se uma lista de aproximadamente 1200 produtos, cuja importação ainda estava suspensa, e suspendeu-se a apresentação de programas de importação por parte das empresas, para obtenção de guias de importação acima de determinados valores.

prazo e cerca de 1/3 dos depósitos de poupança; bloqueou-se cerca de 70% do estoque monetário da economia. Visava-se com isso evitar pressões de consumo e retomar a capacidade do Bacen de fazer política monetária ativa.

ii) Reforma administrativa e fiscal

O objetivo primórdio da reforma fiscal foi promover um ajuste fiscal em torno de 10% do PIB e gerar um superávit de 2% do PIB; ou seja, o Governo pretendia com esta reforma aumentar a arrecadação para controlar o déficit. Para isso criou o IOF, criou o imposto sobre grandes fortunas na tentativa de diminuir o consumo, extinguiu todos os incentivos fiscais e indexou os impostos.

No que tange a reforma administrativa, seria levado a cabo um programa de privatização e promover-se-ia uma melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação e várias outras medidas que deveriam aumentar a eficiência da administração do setor público e reduzir gastos.

iii) Congelamento inicial de preços e salários em relação a inflação passada entrando em vigor em 01-05-90 novo regra de prefixação.

iv) Mudança no regime cambial para um regime de taxas flutuantes.

v) Alteração na política comercial, iniciando-se um processo de liberalização do comércio.

O novo Governo seguiu principalmente os conselhos do “Consenso de Washington”, o qual já foi anteriormente abordado.

Com relação a política de comércio exterior do país, em 26-06-90 foram traçadas novas diretrizes, cujo objetivos apontam para a busca de maior competitividade dos produtos brasileiros, através do aumento de produtividade, incorporação de novas tecnologias e acesso a insumos bens de capital a preços mais favoráveis no mercado internacional. Ao longo de 1990, foi lançado um conjunto de medidas para facilitar o financiamento das importações e houve alteração profunda dos órgãos até então vigentes.

A principal âncora do plano parece ter sido o confisco da liquidez. Buscou-se com isso retomar a capacidade de fazer política ativa, congelando o estoque de moeda. No entanto, o impacto imediato do choque sobre os estoques de monetários parece ter sido a profunda

recessão, desencadeada com a desestruturação nas condições de emprego e produção³³. Com isso, fracassou o Plano Collor I que foi sucedido pelo Plano Collor II.

Iniciado com uma mudança de ministério onde saiu Zélia Cardoso e entrou Marcílio Marques Moreira para ministro da economia, este plano representou uma volta a ortodoxia e uma tentativa de combate gradualista a inflação, com maior preocupação com a negociação da dívida externa e maior reaproximação do país com o sistema financeiro internacional. Visando essas metas, foram implementadas as seguintes medidas:

- criação da TR no intuito de corrigir às cadernetas de poupança e impostos e combater a inflação inercial;
- política fiscal austeriza no sentido de diminuir as despesas públicas.
- programa de contenção de despesas orçamentárias³⁴;
- congelamento de preços e salários, tendo esse último como média o poder aquisitivo dos últimos 12 meses;
- reajuste dos aluguéis condizente com o dos salários;
- criação da tablita a razão de 0,7% ao dia;
- proibição de acordos de recompra de títulos no sistema financeiro;
- criação da FAF (Fundo de Aplicações Financeiras) em substituição ao overnight e fundos de curto prazo.

Com relação a política de comércio externo, vejamos quais as principais mudanças determinadas nas suas regras a partir de 1990:

- reformulação do regime de taxa de câmbio, que passou a flutuar livremente no mercado interbancário;
- revisão do sistema de proteção pelo aumento da exposição dos produtores brasileiros à competição internacional e pela restauração das tarifas como o principal instrumento de proteção;
- reformulação da política de promoção a exportações com eliminação significativa dos incentivos fiscais;

³³ Em 1990 esperava-se uma queda do PIB na ordem de 10%, a inflação retornava lentamente ao patamar de 20% mensais e o desemprego atingia 1 milhão de habitantes.

³⁴ Bloqueou-se 100% do orçamento de algumas ministérios (educação, saúde, trabalho e bem estar social).

- aumento da transparência e eficiência do processo de decisão relacionada à política de comércio externo, através de uma ampla reforma das instituições do Governo e simplificação das normas e procedimentos;
- implementação de um cronograma de redução das alíquotas de importação, fixando a alíquota de importação entre 0 e 40%³⁵; e
- eliminação da maioria dos regimes especiais de importação, mantendo-se apenas aqueles vinculados às exportações, à zona franca de Manaus e a acordos internacionais.

Diante da conjuntura, com uma situação fiscal deteriorada e com o presidente Fernando Collor sofrendo processo de impeachment, o Plano Collor II fracassa. Com isso, o país deparou-se na 2ª metade de 1992 com um cenário econômico fortemente abalado por uma crise no mercado cambial com forte especulação em relação ao cruzeiro, altas taxas de juros e uma inflação de 25% ao mês.

No entanto, apesar dos fracassos, o plano trouxe à tona a discussão sobre o processo de privatização, alterou a estratégia de comércio exterior passando a seguir os princípios do Consenso de Washington, onde a abertura comercial através da liberalização das importações assume papel de destaque no processo de desenvolvimento, trazendo uma maior eficácia produtiva e crescimento econômico, tendo a integração econômica brasileira ao mercado global como base para uma nova estratégia de desenvolvimento econômico.

Um dos seus mais importantes resultados foi a criação do programa de fomento e competitividade industrial, o qual tinha por objetivo desenvolver os setores de tecnologia de ponta, reestruturar os setores industriais que possam alcançar padrões de competitividade e qualidade internacional e direcionar recursos para o financiamento tecnológico em setores prioritários.

³⁵ A nova política tarifária estabelecia:

- i) Tarifa zero - para produtos com vantagens competitivas naturais.
- ii) Tarifa 5% - para produtos que já apresentavam alíquota de importação de 5%.
- iii) Tarifas entre 10 e 15% - para bens que utilizavam como principais insumos produtos com alíquota zero.
- iv) Tarifa de 20% - para manufaturados em geral.
- v) Tarifa de 30% - para química fina, trigo descascado, carne, biscoitos, massa alimentícias, aparelhos de TV, videocassetes e aparelhos de som.
- vi) Tarifa 35% - para automóveis, caminhões e motocicletas.
- vii) Tarifa de 40% - para produtos de informática.

2.4- Notas Finais

Nos últimos anos, sobretudo após a Segunda grande guerra mundial, um novo cenário marcou a economia no âmbito internacional, com grandes mudanças ocorrendo a nível tecnológico, financeiro e sobretudo comercial. As economias do mundo, nas suas relações, tem se demonstrado muito mais interligados e abertos. Diante desse quadro, torna-se imperativo para um país emergente como o Brasil realizar esforços no sentido de se inserir nesta nova dinâmica mundial.

Nesse sentido, o Brasil que ao longo dos anos adotou políticas comerciais protecionistas, desencadeou já no final da década de 80 um processo de abertura econômica no intuito de “seguir o bonde”. Este processo não foi fácil, face a situação econômica adversa do país nesse período, marcada pela estagnação econômica e por problemas de estabilização, tendo sido as medidas adotadas na sua primeira fase (1988/89) bastante tímidas.

No entanto, após a posse do presidente Fernando Collor em 1990 (segunda fase), o processo de abertura da economia foi acelerado, tendo sido promovidos um leque de medidas mais agressivas nesse sentido, dentre as quais destacam-se o fim da maioria das barreiras às importações.

CAPÍTULO 3

O Dinamismo da Balança Comercial

3.- Introdução

Com o advento da abertura econômica desencadeado no final dos anos 80 e acelerado no início dos anos 90, o Brasil tem-se deparado nos últimos anos com mudanças significativas na sua economia, as quais têm se manifestado de diversas formas e em setores distintos: na estrutura produtiva através da reestruturação levada a cabo pelas empresas; no âmbito financeiro através da internacionalização dos mercados e principalmente no âmbito do comércio externo.

O comportamento da Balança Comercial tem sido um dos pontos mais frisados quando se refere a essas mudanças. A maior exposição ao comércio externo, com a redução da maioria das barreiras às importações, tem resultado numa onda de importados no país, ocasionando *déficits* sucessivos na Balança Comercial.

Pretendendo melhor avaliar os efeitos da abertura da economia brasileira sobre a Balança Comercial do país, faremos neste capítulo uma análise comportamental desta balança, desde o período que antecede a abertura comercial, mais precisamente desde a década de 80 até o presente momento, sendo que este mesmo período será dividido em três sub-períodos os quais serão analisados separadamente a título de comparação:

- 1º – O período que antecede o Governo Collor (1980-1989);
- 2º – O período da aceleração da inflação (1990-1993);
- 3º – O período pós-plano Real (1994-1998).

Posteriormente, traçaremos um quadro geral da Balança Comercial para todo o período em questão, com ênfase para o período pós-plano real, baseando-nos numa análise mais detalhada da composição das exportações e das importações e das reservas de divisas, como forma de verificar a qualidade dos persistentes *déficits*.

A análise será feita com base nos seguintes elementos:

- Exportações e importações totais;
- Saldo da Balança Comercial;
- Índice de valor (variação percentual do valor das exportações e importações);
- Taxa simples de cobertura (Exportação / Importação)
- Tamanho do comércio; (Exportação + Importação)
- Reservas internacionais.

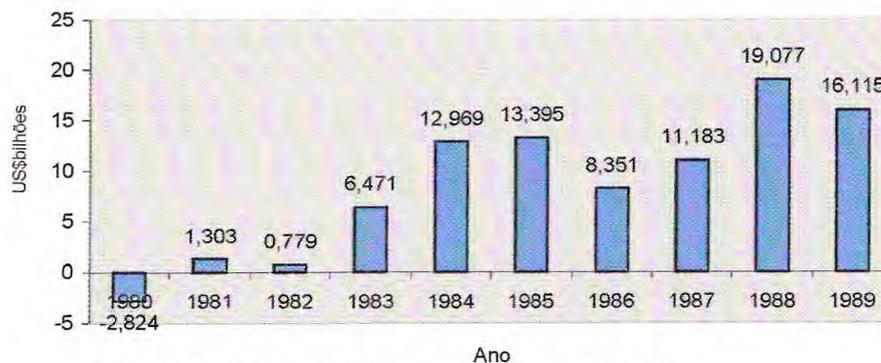
3.1.- A trajetória da Balança Comercial no período que antecede o Governo Collor (1980-1989)

Durante quase todo o período que antecede o Governo Collor, o Brasil manteve o seu antigo projeto de ser auto-suficiente em todos os campos. Fabricava roupas, ferramentas, carros, computadores e brinquedos.

Importação era palavra proibida. Nesse sentido, o balanço comercial do Brasil foi marcado durante quase toda a década de 80, por *superávites* sucessivos, com exceção do ano de 1980, quando a crise mundial do petróleo, desencadeada pelos países membros da OPEP que quadruplicaram o preço do barril, agravou intensamente o seu balanço de pagamentos.

Pode-se ver no gráfico abaixo apresentado, que o saldo da Balança Comercial que em 1980 chegou a atingir um valor negativo de US\$ 2,824 bilhões, nos anos seguintes, sobretudo, após 1983, havia se recuperado sobremaneira atingindo já no final da década de 80 a cifra de US\$ 16,115 bilhões.

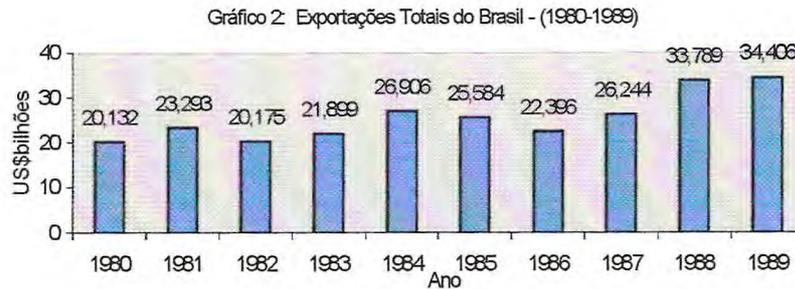
Gráfico 1: Saldo da Balança Comercial do Brasil (1980-1989)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

Esse cenário deve-se sobretudo ao programa de ajustamento das contas externas ao qual o país foi obrigado a aderir em 1983, por conta da crise da dívida externa. Com dificuldade de receber dinheiro do exterior, o país foi obrigado a expandir suas exportações como forma de gerar dólares necessários ao pagamento das dívidas. O governo adotou então medidas diversas no intuito de expandir as exportações e reduzir as importações.

As exportações cresceram durante quase toda a década de 80, com reduções ligeiras nos anos de 1982 e 1985/1986, por conta das desvalorizações da taxa de câmbio e por conta de uma redução da atividade no país. Os produtores locais com o mercado interno em queda passaram a ter no mercado externo sua única fonte de vendas, provocando uma expansão crescente do volume exportado, que passou de US\$ 20,132 bilhões em 1980, para US\$ 25,584 bilhões em 1985 e US\$ 34,406 bilhões em 1989, com as respectivas variações com relação aos anos anteriores: 32%, 4,9% negativos e 1,8%. Com relação aos demais anos em que se verificou variações negativas do total exportado, estas foram muito mais significantes que em 1985: -13,4% em 1982 com relação a 1981; e -12,5% em 1986 com relação a 1985.



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

Tomando o índice de valor da exportação³⁶ como parâmetro de análise e 1980 como base, temos que o volume total exportado variou positivamente e crescentemente em todos os anos da década de 80, em alguns mais e em outros menos, sendo que ao final da década - em 1989 - apresentava o maior crescimento de toda a década, 171%.

Tabela 5- Índice de Valor das Exportações Totais do Brasil – (1980-1989)

Ano	Índice de valor (1980=100)
1980	100%
1981	116%
1982	100%
1983	109%
1984	134%
1985	127%
1986	111%
1987	130%
1988	168%
1989	171%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Com relação às compras externas, estas apresentaram no período um ritmo de crescimento bastante lento e irregular, desacelerando no período que vai de 1980 a 1985 e acelerando no período seguinte que vai de 1985 a 1989. Em 1980, chegou a atingir US\$ 22,956 bilhões; já em 1985, em virtude da desaceleração do seu crescimento atingiu o valor de US\$ 12,189 bilhões.

³⁶O índice de valor da exportação mede as variações no valor das exportações num determinado ano, com relação ao valor das exportações num outro ano base; a mesma definição se aplica de forma análoga quando se trata de outras variáveis tais como: importação, consumo, produção, etc.

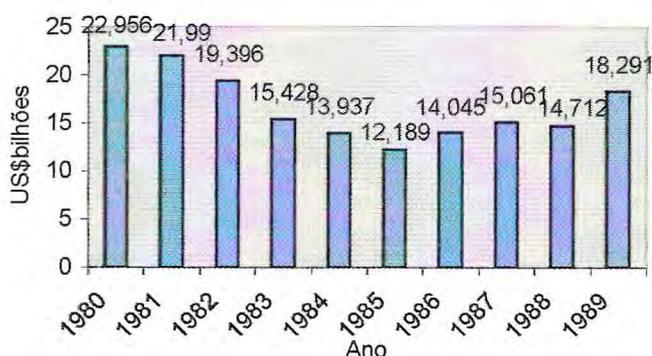
No entanto, após seis anos de “quase” estagnação, retornou o seu ritmo de crescimento, em 1987, tendo apresentado um aumento de 7,8% relativamente ao ano anterior, quando atingiu US\$ 15,061 bilhões; acelerou-se um pouco nos anos seguintes, atingindo em 1989 US\$ 18,291. Esse melhor desempenho das importações nos últimos anos da década de 80 deve-se sobretudo a mudança na orientação comercial brasileira, a qual esteve atrelada a flexibilização das restrições comerciais e ao desempenho econômico verificado no período.

Contudo, a demanda por importações permaneceu reprimida durante quase toda a década de 80, permanecendo esta repressão mesmo após o processo da abertura externa da economia iniciada no final dos anos 80.

As medições das variações dos valores importados para todos os anos da década de 80, com relação ao ano de 1980, através do cálculo do índice de valor, mostram que 1980 foi um ano de destaque no que se refere as compras externas, sendo que, em nenhum dos anos verificou-se um percentual de variações igual ou superior a este ano, fruto do processo recessivo da década.

Para melhor visualização deste cenário instável da demanda por importações durante a década de 80, apresentamos no gráfico abaixo os seus valores absolutos, bem como os seus referentes índices de valores (tomando 1980=100) são apresentados na tabela a seguir.

Gráfico 3: Importações Totais do Brasil - (1980-1989)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

Tabela 6 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil – (1980-1989)

Ano	Índice de valor (1980=100)
1980	100%
1981	96%
1982	84%
1983	67%
1984	61%
1985	53%
1986	61%
1987	66%
1988	64%
1989	80%

Fonte: Boletim Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Dessa análise, concluímos então que os sucessivos *superávites* que marcaram a Balança Comercial brasileira durante a década de 80, foram ocasionados mais pelo aumento das exportações do que pela diminuição das importações, ainda que estas tenham se mantido reprimidas no período. Esta conclusão pode ser abstraída do comportamento da taxa simples de cobertura na tabela abaixo apresentada, o qual demonstra que as exportações superaram as importações durante quase todo o período considerado, com exceção do ano de 1980 no qual essa taxa atingiu apenas 88% .

Tabela 7 - Taxa Simples de Cobertura (Exportação/Importação) – (1980-1989)

ANO	(%)
1980	88%
1981	106%
1982	104%
1983	142%
1984	193%
1985	210%
1986	159%
1987	174%
1988	230%
1989	188%

Fonte: Boletim Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

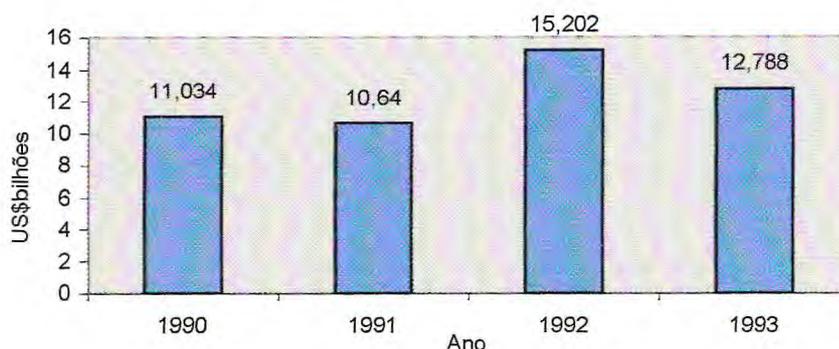
3.2.- A trajetória da Balança Comercial no período da aceleração da abertura comercial (1990-1993)

A partir da década de 90 o comportamento da Balança Comercial brasileira sofreu uma virada radical. Marcada por sucessivos *déficits* apontava para a mudança do perfil econômico do país, tendo por motivo, aspectos conjunturais e aspectos estruturais; no plano conjuntural, esses *déficits* ocasionados pelo crescimento das importações refletem o crescimento econômico; e no plano estrutural são frutos da abertura econômica, promovido pelo Governo Collor, o qual se baseava fundamentalmente na política de liberalização das importações por meio da eliminação das barreiras tarifárias.

A desaceleração do ritmo de crescimento das economias desenvolvidas no início dos anos 90, em função da liberalização comercial e do aumento do preço do petróleo foi outro motivo desses *déficits*, com repercussão negativa sobre o saldo da Balança Comercial do Brasil, que teve um decréscimo de US\$ 16,115 bilhões em 1989, para US\$ 11,034 bilhões em 1990, representando assim um decréscimo de 31,5%.

Em 1991 o saldo da Balança Comercial referenciou a tendência verificada no ano anterior, sofrendo uma redução de 3,5% quando comparada a 1990. Essa queda sucessiva do saldo da Balança Comercial em 1990 e em 1991, esteve assentada na queda da demanda externa, na queda das cotações de *commodities* no mercado internacional, na redução de recursos disponíveis de financiamento dos produtos manufaturados, na redução de excedentes exportáveis e principalmente no aumento dos gastos com compras externas e redução das exportações. Como podemos verificar no gráfico abaixo, essa situação veio a ser revertida em 1992 quando a Balança Comercial registrou um crescimento de 42,8% em relação a 1991 totalizando um saldo de US\$ 15,525 bilhões, refletindo a expansão das exportações e redução das importações, devido a recessão que atingiu o mercado interno. Os resultados desse ano advieram principalmente da situação cambial, com o câmbio relativamente alinhado e o agravamento da recessão doméstica.

Gráfico 4: Saldo da Balança Comercial do Brasil (1990-1993)



Fonte: Boletim do banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

Com a retomada do crescimento da atividade econômica doméstica repercutindo positivamente sobre o nível de investimento e sobre a demanda interna, em 1993, as importações voltaram a crescer a um ritmo um pouco mais acelerado que as exportações, o que resultou numa redução de cerca de 16% do saldo da Balança Comercial, que atingiu US\$ 12,788 bilhões.

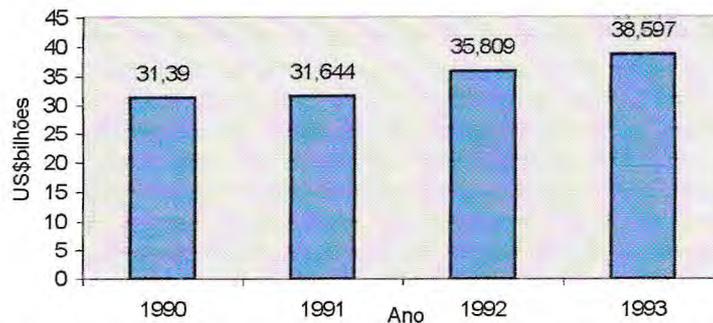
Analisando separadamente as exportações temos que o volume deste item da Balança Comercial, cresceu em todos os anos compreendidos entre 1990 e 1994, após a ligeira desaceleração em 1990 em relação a 1989, sendo o principal responsável dos resultados positivos do saldo da Balança Comercial verificados em todo o período. No entanto, no ano de 1990 apresentou um decréscimo de 8% quando comparado a 1989, ao atingir US\$ 31,39 bilhões.

Em 1991, em razão da dificuldade de colocação de produtos brasileiros no mercado internacional, devido a problemas estruturais enfrentados pelo setor, tais como altos custos portuários, deficiente safra agrícola e falta de financiamento para a venda de produtos manufaturados, as exportações apresentaram um crescimento pouco relevante em relação ao ano anterior 0,8%. Mesmo com a criação de programas especiais de incentivo às exportações, permaneceu escasso os recursos destinados às exportações.

Conforme o gráfico a seguir, em 1992 e 1993, as exportações apresentaram um comportamento bastante favorável, apresentando taxas de crescimento de 13,2% e 7,8%

respectivamente, em relação aos anos anteriores, atingindo US\$ 35,809 bilhões e US\$ 38,59 bilhões.

Gráfico 5: Exportações Totais do Brasil - (1990-1993)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

A retomada do crescimento das exportações a partir de 1991, após a ligeira desaceleração em 1990, com variações positivas e crescentes das exportações, foram verificadas não só quando comparadas com o ano anterior, mas sobretudo em relação a 1980; isso ficou comprovado com o cálculo do índice de valor, o qual mostra que em 1991 as exportações totais tiveram uma variação de 138% quando comparadas a 1980, subindo esse percentual para 168% em 1993; mesmo em 1990 quando verificou-se um ligeiro decréscimo do volume total exportado, verificou-se uma variação das exportações totais na ordem de 137%, feita uma comparação com 1980.

Tabela 8 - Índice de Valor das Exportações totais do Brasil – (1990-1993)

Ano	Índice de Valor(1980=100)
1990	137%
1991	138%
1992	156%
1993	168%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No que se refere as importações, a continuidade do crescimento dessas, tanto em valor quanto em volume, foi a principal característica deste período que constituiu a segunda fase da abertura. Esse crescimento se deve as mudanças profundas desencadeadas pelo Governo no regime de importações do país, as quais já nos referimos no segundo capítulo quando tratamos da questão da aceleração da abertura econômica com o Governo Collor. Entretanto,

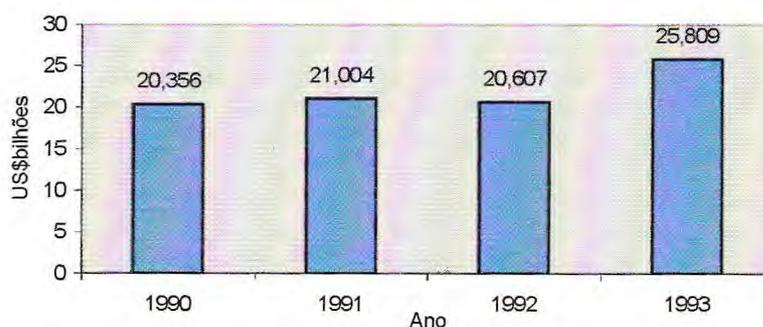
apresentou um comportamento oscilatório ao longo do período, relacionada à instabilidade das variáveis econômicas que balizaram o seu comportamento.

Entre 1989 (último ano da primeira fase da abertura) e 1993 (último ano da segunda fase da abertura), o valor das importações totais cresceu 41%, passando de US\$ 18,263 bilhões para US\$ 25,256 bilhões.

Segundo estimativas da Funcex, o *quantum* importado aumentou em 70,7% no período, enquanto que os preços das importações com trajetória descendente, declinaram 10,1%. Assim, embora o valor das importações tenha apresentado crescimento anual médio inferior ao verificado na primeira fase da abertura (8,4% e 10,2% respectivamente) o quantum importado superou em muito aquele observado na primeira fase, apresentando um crescimento médio anual de 14,3%, 6% a mais do que o da primeira fase.

Uma observação mais cuidadosa do comportamento das importações durante este período de aceleração da abertura comercial, permite constatar dois momentos bastante distintos.

Gráfico 6: Importações Totais do Brasil - (1990-1993)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

No primeiro momento que compreende o período 1990-1992, o valor das importações permaneceu quase que estagnado, passando de US\$ 20,356 bilhões em 1990 para US\$ 21,004 bilhões e US\$ 20,607 bilhões em 1992. De 1990 a 1991 cresceu portanto 3,18% e de 1991 a 1992 decresceu 1,8%. Esta estagnação, ou fraco crescimento, se deve a soma de dois fatores: a forte desaceleração da economia, provocado pelo Governo Collor, quando o PIB real declinou, nos três primeiros anos da década de 90, em aproximadamente 5%; e da tendência

de desvalorização real do câmbio, que enquanto medida prioritária a ser adotada no início de um processo de liberalização comercial, desempenhou um papel importante retendo o avanço das importações.

Já em 1993, quando a economia voltou a crescer e o câmbio mostrou uma tendência de valorização ao longo prazo, o valor das importações elevou-se em 25%, atingindo US\$ 25,809 bilhões, refletindo o impacto da abertura.

Comparando os índices de valores (calculados com base em 1980), para estes anos com os dos anos 80, podemos caracterizar o período de aceleração da abertura comercial como sendo um período “feliz” em termos de crescimento das importações; a média dos índices de valores para esse período atingiu 109%, 35,8% a mais do que a média de 73,2% atingida na década de 80.

Tabela 9 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil – (1990-1993)

Ano	Índice de Valor (1980=100)
1990	101%
1991	104%
1992	102%
1993	128%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Pretendendo comprovar a afirmação anteriormente feita que o crescimento das exportações foi o maior responsável pelas saídas positivas da Balança Comercial apresentamos na tabela abaixo a taxa simples de cobertura calculada para todos os anos compreendidos entre 1990 a 1993, no intuito de verificar como se deu a evolução das exportações com relação às importações.

Tabela 10 - Taxa Simples de Cobertura (Exportação/Importação) – (1990-1993)

Ano	(%)
1990	154%
1991	151%
1992	174%
1993	150%

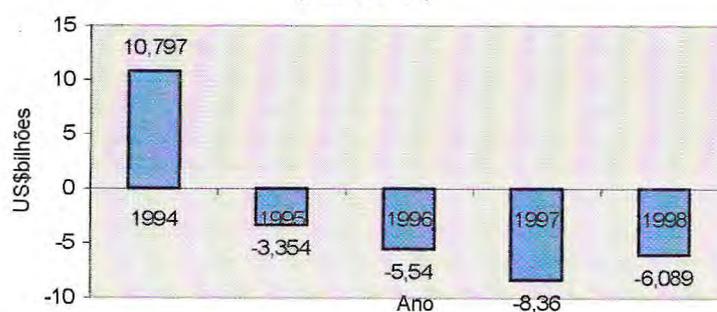
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Essas taxas, deixam claro que o crescimento das exportações de 1990 a 1993 foi o suficientemente elevado, para financiar o volume crescente das compras externas, evitando o aparecimento de *déficits* na Balança Comercial.

3.3. - A trajetória da Balança Comercial no período pós-Plano Real (1994-1998)

Com a implementação do Plano Real em julho de 1994 foram agregados aos fatores preexistentes de ampliação das compras externas os benefícios da estabilização de preços, que resultou na redução da taxa de inflação, e da situação conjuntural da taxa de câmbio favorável às importações, o que se refletiu num crescimento expressivo das importações, fazendo com que o saldo positivo da Balança Comercial de US\$ 10,787 bilhões se transformasse em 1995 num déficit global de US\$ 3,4 bilhões, déficit esse que em princípio seria compatível com o processo de abertura econômica. Este foi o primeiro resultado negativo verificado desde 1980, registrando um decréscimo de 131% em relação a 1994, reflexo de um crescimento de 52% das importações contra um crescimento de apenas 6,8% das exportações. Esses *déficits*, contaram com um quadro externo bastante desfavorável, marcado pela crise cambial mexicana e elevação das taxas de juros internacionais, o que dificultou o seu financiamento.

Gráfico 7: Saldo da Balança Comercial do Brasil
(1994-1998)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

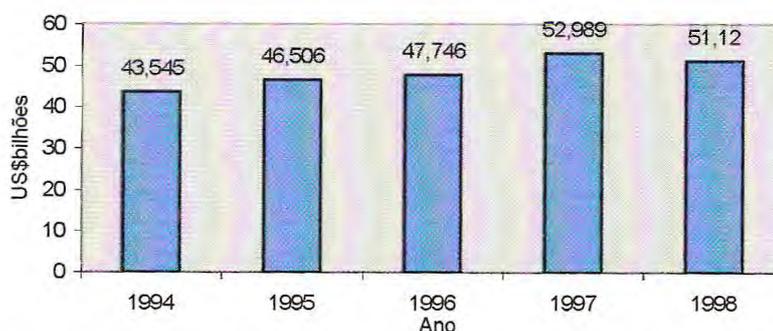
A Balança Comercial brasileira registrou em 1996 um saldo negativo ainda maior do que o de 1995, em 65%, atingindo US\$ 5,54 bilhões.

Como podemos ver no gráfico acima, os saldos negativos do Balanço Comercial se acentuaram mais ainda a partir de 1996, com estes tornando-se sucessivos. Em 1997, o saldo

negativo atingiu US\$ 8,36 bilhões, resultado esse que embora superior ao déficit registrado em 1996, pode ser considerado favorável face aos prognósticos iniciais do mercado, que chegou a prever para o ano um déficit entre US\$ 12 bilhões e US\$ 15 bilhões. Em 1998, o déficit de US\$ 6,089 bilhões, apesar de ter diminuído em 27,16% com relação a 1997, continuou sendo superior a de 1995 em 81,5%.

As exportações do período, apesar de relativamente crescentes não apresentaram um resultado suficientemente positivo que chegasse a compensar os aumentos das importações e evitar os sucessivos *déficits*. Em 1994, somaram um total de US\$ 43,545 bilhões, representando um crescimento de 68,7% em relação a 1993, sendo este o único ano do período considerado em que as exportações compensaram as importações. Nos anos seguintes esse resultado não mais foi obtido, ainda que as exportações tenham crescido a uma média de 3,5% ao ano. O valor de US\$ 47,746 registrado em 1996 passou para US\$ 52,989 bilhões em 1997, valor recorde, ultrapassando pela primeira vez a marca de US\$ 50 bilhões, além de registrarem taxa de crescimento bastante superior aos 2,7% verificados no biênio 96/95. Pode-se dizer que o desempenho das exportações brasileiras superou as expectativas para o comércio mundial em 1997; conforme o “Interim Assesment of the World Economic Outlook - December 1997” publicado pelo FMI, o crescimento das exportações mundiais, em valor, com relação a 1996, é estimado em 3,2%, o que contrasta com a taxa de expansão das vendas brasileiras de 11% em igual período. O balanço final de 1998 para às exportações acusou o valor total de US\$ 51,12 bilhões, 3,5% abaixo do ano de 1997.

Gráfico 8: Exportações Totais do Brasil - (1994-1998)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria.

A título de comparação com o ano de 1980, o índice de valor apresentado mostra que neste período permaneceu a tendência crescente das exportações, apresentando uma taxa

média de variação bastante superior a dos demais subperíodos considerados neste estudo – 235%.

Tabela 11 - Índice de Valor das Exportações Totais do Brasil – (1994-1998)

Ano	Índice de Valor(1980=100)
1994	190%
1995	231%
1996	237%
1997	263%
1998	254%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

As importações, prosseguindo com a tendência de crescimento verificada no ano de 1993, apresentaram em 1994 uma taxa de crescimento bastante significativa em relação a 1993 (61%). Este resultado foi ocasionado pela política de importações de cunho eminentemente liberalizante, as quais foram adotadas no segundo semestre de 1994; dentre essas políticas destaca-se a de redução tarifária que permitiu que a alíquota nacional média de importação diminuísse de 13,2% em julho de 1993 para 11,2% em dezembro de 1994.

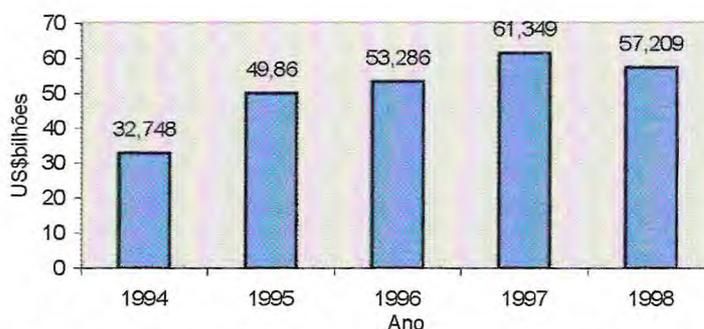
Se as importações, já mostravam uma trajetória ascendente desde o início do processo de abertura comercial o período compreendido entre o final de 1994 e final de 1995 foi marcado por um crescimento exponencial desta variável, que em apenas dois anos, 1993-1995, praticamente dobrou, apresentando sem sombras de dúvida a maior variação verificada durante todo o período de liberalização comercial iniciada em 1988.

Entretanto, a partir de 1995, novos rumos foram dados à política de importação, fazendo com que o crescimento das importações em 1996 com relação a 1995 se reduzisse a 6,87%, atingindo US\$ 49,86 bilhões. Essa taxa de variação apesar de positiva, foi porém decrescente. Buscando evitar que o déficit de US\$ -3,354 bilhões que se fazia sentir na Balança Comercial sinalizasse uma situação de risco potencial para os investidores externos, a alternativa encontrada pelo governo foi a de elevar as tarifas de importação. No entanto, este retrocesso da abertura comercial foi temporário, verificando ainda em 1996 o estabelecimento de um conograma de desgravamento tarifário, resultando num crescimento das importações no ano de 1997 na ordem de 15%, em relação a 1996; contudo, esse resultado pode ser considerado insignificante, dado as variações anteriormente verificadas. Esse movimento

declinante do ritmo de crescimento das importações guarda relação com as medidas implementadas pelo Governo, que visando conferir maior regularidade ao processo de importações, limitou os prazos de financiamento à importação, promoveu uma revisão do sistema de concessão de ex-tarifário e, após a crise das economias asiáticas, elevou as alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC) em três pontos percentuais.

Em razão da política de liberalização ter sido conduzida de uma forma um tanto quanto mais regrada, no comparativo 1998/97, a tendência de redução das importações foi se acentuando. Com efeito, no acumulado do ano de 1998, as compras externas caíram 6,75% em relação ao observado em 1997, atingindo US\$ 57,209 bilhões contra os 61,349 bilhões de 1997. O decréscimo em 1998 alcançou todas as categorias de uso.

Gráfico 9: Importações Totais do Brasil - (1990-1994)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria

Tabela 12 - Índice de Valor das Importações Totais do Brasil - (1994-1998)

Ano	Índice de Valor (1980=100)
1994	164%
1995	217%
1996	232%
1997	267%
1998	249%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

De acordo com os dados da tabela abaixo apresentada, fica comprovada a reversão da tendência verificada até 1994, de crescimento das exportações a um nível superior e suficiente para cobrir as importações, com as variações das exportações ocorrendo dentro de parâmetros que não chegavam a compensar o crescimento acelerado das importações. Em 1997, por

exemplo, o valor total das exportações só chegou a compensar 86% das importações, representando a menor taxa simples de cobertura obtida desde 1980.

Tabela 13 - Taxa Simples de Cobertura (Exportação/Importação) – (1994-1998)

Ano	(%)
1994	133%
1995	93%
1996	90%
1997	86%
1998	89%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

3.4. - Aspectos Gerais da Balança Comercial - (1980-1998)

Ao longo dos anos 80, a Balança Comercial brasileira foi beneficiada por um sistema de câmbio baseado predominantemente em minidesvalorizações, onde os ajustes cambiais promovidos direcionavam-se para a preservação das receitas do setor exportador, estimulando a geração de saldos positivos na conta de comércio. Nesse período, a demanda por importações demonstrou-se bastante reprimida, em razão sobretudo das políticas comerciais protecionistas adotadas, como forma de combater os desequilíbrios do balanço de pagamentos.

No entanto, com o processo de abertura da economia brasileira promovido no final dos anos 80, baseado fundamentalmente na política de liberalização das importações e , acompanhado de uma política de apreciação cambial com minidesvalorizações diárias, a situação da Balança Comercial veio a ser revertida, diminuindo gradativamente o seu saldo, ainda que de forma não comprometedor, até 1994. Cabe ressaltar, que em 1991, devido a forte valorização da moeda nacional, o Governo passou a operar em regime de “flutuação suja”, intervindo no mercado através da compra de divisas, de modo a incentivar uma desvalorização cambial.

Com a implementação do plano real em julho de 1994, elegendo a taxa de câmbio como um dos seus principais pilares, a tendência decrescente dos saldos da Balança Comercial veio a ser ainda mais reforçada; ao final dos três primeiros anos do plano, o ambiente macroeconômico brasileiro apontava por uma situação onde a taxa de câmbio

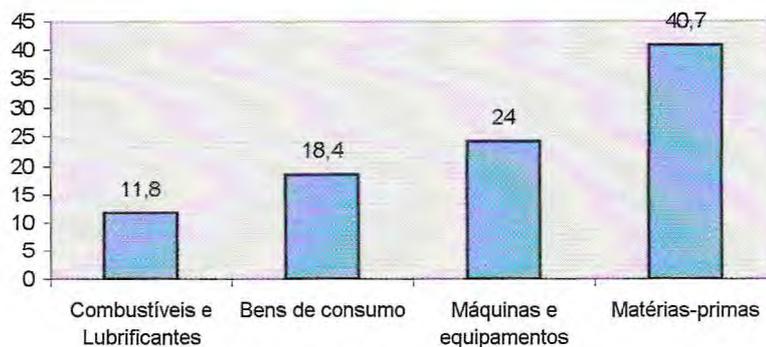
sobrevalorizada e a demanda extremamente aquecida determinavam um crescimento muito mais acelerado das importações do que das exportações, agravando o déficit em transações correntes e aumentando a dívida externa.

Até o início dos anos 90, no Brasil importação era palavra proibida. A virada a partir do anos 90 foi radical, tendo-se registrado o mais acelerado crescimento das importações desde 1980. Houve uma mudança quase que total dos hábitos econômicos; em 1996, o Brasil importou 1,3 bilhão em carros, 1,2 bilhão em computadores e 196 milhões de dólares em torneiras. Nesse período, em função da implementação do Mercosul entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foram reduzidas as tarifas de importação de mais de cinco mil produtos, sucedido do estabelecimento da zona de livre comércio.

No entanto, o problema não é importar muito, mas sim o que importar; tem que se ponderar o que comprar e com que finalidade. Em 1995, o país comprou 274 milhões de dólares em peixes, tendo uma vasta área costeira, importou carne, leite, creme de leite e couro no valor de 595 milhões de dólares, ainda importou 166 milhões em pêras frescas e maçãs e 58 milhões de dólares em milho. Gastou ainda 197 milhões com sapatos e 650 milhões com medicamentos. Esses itens representam só uma parte do total de importações que foi de 49,86 bilhões de dólares. A questão a ser colocada é a seguinte: será que esses produtos não podem ser encontrados no Brasil? o país não possui vantagem comparativa na produção desses bens? ou é a produção nacional que é insuficiente a sobrevivência da numerosa população brasileira?

Impunha-se então em 1996, a necessidade de regrar o jogo da importação, de modo a se importar o necessário sem cair no supérfluo, evitando situações deficitárias embaraçosas. O Governo teve que adotar medidas para conter o crescimento das importações e do consumo em geral mediante alíquotas de imposto de importação.

Gráfico 10: Anatomia das Importações em 1996



Fonte: Receita Federal, site na internet.

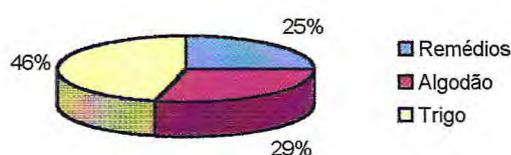
O grosso das importações em 1996 foram as matérias-primas, máquinas e equipamentos (como sistema de telefonia e computadores). Essa parte representou 70% do total das importações; constituíram a grande despesa no exterior massacrando a Balança Comercial, mas ao mesmo tempo constituíram o maior dos investimentos brasileiros, na medida em que essas compras permitiram a modernização das empresas nacionais e conseqüentemente, melhor produção a preços mais baixos, o que significaria possivelmente num futuro próximo a criação de excedentes destinados a exportação. Um exemplo deste fato é o caso da indústria têxtil brasileira, que destinada à “morte” no passado, estava se reerguendo e importando matéria-prima para os seus teares .

As compras externas de máquinas após permanecerem reprimidas durante toda a primeira metade da década de 80, em 1989 retomaram o crescimento, acentuando-se um pouco mais nos últimos 5 anos.

Em relação às importações, de bens de consumo, após a gradativa diminuição de 1982 a 1984, retomou o crescimento em 1985 quando Collor, o então presidente brasileiro, aumentou o volume de subsídios às importações em função da escassez de produtos no país. Desde então vem aumentando o volume de bens de consumo importados, principalmente nos cinco últimos anos, ainda que apresentando decréscimo em 1996 quando comparado ao de 1995.

Apesar do acelerado crescimento, as compras de bens de consumo representaram em 1995 só 18% do total importado. Remédios, algodão e trigo, destacaram-se entre os dezesseis itens com que o Brasil gastou mais dinheiro no exterior, em virtude das compras desses bens vitais para a vida da população superarem os demais. Em 1995 os gastos externos com remédio, algodão e trigo cresceram 50%, 55% e 44% respectivamente em relação ao ano anterior.

Gráfico 11: Remédios, comida e roupa (%) - 1995



Fonte: Receita Federal, site na internet.

As compras externas de combustíveis e lubrificantes, tais como o petróleo mostraram-se mais relevantes para o volume total de importações durante a década de 80. Desde 1990 vêm diminuindo gradativamente a importância desse item nas importações brasileiras, atingindo proporções de participação muito pequenas em 1996, em detrimento das máquinas, equipamentos e matérias-primas.

3.5. - Anatomia das Importações e Exportações para os Anos 1997 e 1998

A Balança Comercial, fechou o ano de 1997 apresentando um resultado negativo de US\$ 8,4 bilhões. No lado das exportações, os destaques positivos foram, as exportações de produtos básicos, que cresceram 21,6%, notadamente as de soja e derivados e de café. As vendas de produtos industrializados também cresceram no ano passado (7,5%), mas ficaram concentradas em automóveis e autopeças. As exportações de semimanufaturados continuaram decepcionando, tendo apresentado queda de 1,6% em relação ao valor de 1996.

No agregado, as exportações cresceram 11% em 1997 relativamente a 1996, mas, em termos estruturais, não houve muitas variações.

No campo das importações, a grande novidade foi também a taxa de acréscimo de 15,1%, relativamente ao valor de 1996. Em termos de estrutura, a pauta de importações mostrou pouca variação. As compras de combustível caíram 6,2% e as de bens de capital subiram 30,8%, como tem sido a regra nos últimos anos. As aquisições de automóveis cresceram também 57,7% relativamente ao valor de 1997.

A explicação para tais resultados no campo das importações não é difícil. Em primeiro lugar, a procura interna acelerou, em comparação com 1996, face a um aumento do poder de compra. Em segundo, a taxa de câmbio real efetiva continuou a se valorizar em 1997, o que significa que, em média, os produtos importados se tornaram ainda mais baratos quando expressos em moeda nacional.

No acumulado Janeiro/Dezembro de 1998, o saldo comercial apresentou melhora em comparação com 1997, com uma redução de cerca de 27% do saldo negativo. Esse resultado deveu-se a uma redução tanto das importações como das exportações, que caíram 6,2% e 3,5% respectivamente.

Com relação as importações, a redução verificada insere-se em um contexto de queda da atividade produtiva, conjugado com o maior nível de competitividade interna, o que fez diminuir a demanda por bens no exterior, bem como os preços internacionais de *commodities*, como o petróleo, encontravam-se em declínio. O decréscimo em 1998 alcançou todas as categorias de uso. Particularmente as compras de combustíveis e lubrificantes caíram 29,1% no período, diminuindo a sua participação relativa na pauta de 9,5% para 7,2%, por conta de uma acentuada queda dos preços internacionais. Dentro dessa categoria destaca-se a redução do item petróleo bruto em 37,1%.

A importação de bens de consumo recuou 5,1% no ano, com ligeira alteração na sua participação na pauta que passou de 18,3% para 18,5%, devido sobretudo a retração no segmento de duráveis exceto automóveis (-21,1%). Os bens de consumo não-duráveis decresceram 1,6%. Apenas no último trimestre do ano verificou-se recuperação das aquisições de bens de consumo, em especial nos segmentos de bens de consumo não-duráveis, cuja alta pode ter sido reflexo do deslocamento do eixo de consumo para bens de menor valor unitário.

A importação de matérias primas e produtos intermediários, assim como de bens de capital, passou a apresentar taxas negativas a partir do início do semestre de 1998, recuando, respectivamente, 3,3% e 3,7%; no entanto, a participação relativa desses componentes na pauta, aumentou 72,2% e 74,2%, respectivamente, em razão dos seus percentuais de redução terem sido inferiores ao da queda média geral das importações (6,2%). Com relação às compras de matérias-primas e produtos intermediários, a redução seguiu a trajetória da produção física da indústria brasileira que no comparativo janeiro-novembro-98/97 registrou queda na ordem de 2,2%. No caso da importação dos bens de capital, a melhora decorreu em parte da boa performance da competitividade da produção brasileira, que resultou de aperfeiçoamentos do sistema tributário e dos investimentos efetuados pelo setor. Contudo no último quadrimestre de 1998, observou-se uma queda na demanda por bens de capital em função das incertezas advindas da crise global acentuadas após a moratória russa do mesmo ano.

Tabela 14 - Importações por categoria de uso – Janeiro/Dezembro 1997/1998
(US\$ milhões FOB)

Categorias	Jan-Dez./98		Jan.-Dez./97		Varição
	Valor	Part.%	Valor	Part%	Rel.%
1. Matéria-Prima/Prod. Intermediários	26.709	46,4	27.614	45	-3,3
2. Combustíveis e Lubrificantes	4.127	7,2	5.824	9,5	-29,1
3. Bens de Capital	16.057	27,9	16.676	27,2	-3,7
4. Bens de Consumo	10.657	18,5	11.233	18,3	-5,1
4.1 Não-duráveis	5.454	9,5	5.541	9	-1,6
4.2 Duráveis	5.203	9	5.692	9,3	-8,6
4.2.1 Automóveis	2.658	4,6	2.466	4	7,8
4.2.2 Outros	2.545	4,4	3.226	5,3	-21,1
Total	57.550	100	61.347	100	-6,2

Fonte: MF/SRF Elaboração: MF/SPE, número preliminar/Internet.

Quanto as exportações, o desempenho em 1998 refletiu, em grande medida, a conjuntura adversa da economia mundial no período, marcada pela retração da demanda internacional face a crise asiática, agravada pela moratória da Rússia, com sérias consequências sobretudo nas economias em desenvolvimento.

Segundo os números da FUNCEX, a redução ocorrida nas exportações, foi resultante da queda de 6,8% no índice de preço, pois o quantum exportado apresentou taxa positiva 3,5%.

A análise das exportações por fator agregado mostra que o setor de básicos foi responsável por uma queda de 80,4% das vendas externas brasileiras em 1998, que encerrou o ano com vendas 10,4% abaixo de realizada em 1997 (US\$ 12,970 milhões). Este resultado deve-se, sobretudo, da perda de receita em razão da forte redução dos preços internacionais das principais *commodities*, como soja em grão, farelo e café, cujos preços recuaram 20,2%, 37,4% e 25,9% respectivamente. Além desses as vendas de fumo em folhas e de carne de frango experimentaram quedas de receita, de 13,8% e 15,6%, relacionadas a quedas de preço de 8,6% e 10,5%.

No que respeita aos semimanufaturados, a queda de preços, levou a uma redução de 4,3% da receita do setor, sobretudo nos casos de alumínio bruto (-20%) e dos semimanufaturados de ferro (-10,4%). O óleo de soja em bruto destacou-se dentro do setor, com um aumento na receita de 35,3% em razão do aumento dos preços externos em 15%, face à queda da oferta mundial de óleos similares.

No caso das vendas dos manufaturados, apesar da redução expressiva de 10,2% no segundo semestre, em relação a igual período de 1997, o setor apresentou com relação a esse mesmo ano variação positiva de 0,6%. Destacaram-se nesse ano entre os produtos de maior crescimento da receita, aviões (+70,2%), suco de laranja (+25,8%), automóveis (+10,7%), veículos de carga (+13,6%) e açúcar refinado (+16,5%). As maiores reduções verificaram-se, com relação aos calçados (-13%), café solúvel (-29,5%), papel e cartão (-21,1%), tubos de ferro e aço (-14,4%), máquinas para terraplanagem (-9,8%), madeira compensada (-24,6%) e derivados de alumínio (35,9%). No segundo semestre, são claros os efeitos da conjuntura internacional adversa sobre o setor de manufaturados, situando-se entre os mais afetados o setor automobilístico, além dos setores de máquinas e equipamentos, químicos, papel e siderurgia.

Tabela 15 - Exportação por fator agregado – Janeiro/Dezembro 1998/97
(US\$ milhões FOB)

	1998		1997		Var. 98/97
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Rel.%
Básicos	12.970	25,4	14.474	27,3	-10,4
Industrializados	37.493	73,3	37.672	71,1	-0,5
. Semimanufaturados	8.111	15,9	8.478	16	-4,3
. Manufaturados	29.382	57,5	29.194	55,1	0,6
Op. Especiais	657	1,3	844	1,6	-22,2
Total	51.120	100	52.990	100	-3,5

Fonte: SISCOMEX/Internet

3.6. - Movimento das Reservas Internacionais

Uma análise das reservas de divisas torna-se bastante importante para o estudo em pauta, dado que estas mostram o quanto de importações estará garantido pelas reservas de um país caso não entre nenhuma divisa no país.

Até 1982 a situação das reservas permaneceu bastante favorável havendo reservas para garantir um ano de importações. Contudo, uma ligeira deteriorarização foi verificada no período 74-75, mas já em 1976 havia se recuperado..

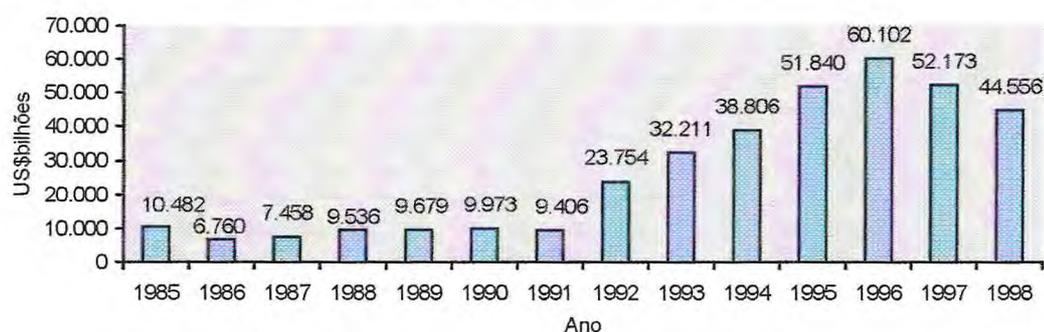
Em 1976 a facilidade de obtenção de recursos estava relacionada sobretudo aos *superávites* dos países da OPEP que sem oportunidades de aplicação interna retornaram ao sistema financeiro internacional.

Com a crise da dívida externa, em 1982 percebeu-se profunda retração na entrada de capitais no país que chegaram até a ser negativas. A partir de 1991, com o plano Collor vigorando, foi combinada uma política de apreciação cambial com minidesvalorizações diárias e maiores taxas de juros, resultando num aumento considerável das reservas internacionais. O país voltou a receber uma massa significativa de recursos externos o que juntamente com o bom desempenho das transações correntes permitiu o acúmulo de um volume de reservas que até então não tinha sido conseguido, chegando a superar os resultados positivos da Balança Comercial.

No final de 1994, com o sucesso do Plano Real ameaçado pelas turbulências no mercado financeiro e cambial mexicano, verifica-se uma redução da entrada líquida de capitais resultando numa diminuição das reservas.

Em 1995, com os mercados monetários e financeiros vizinhos mais estáveis, as reservas voltaram a crescer acumulando um volume extraordinário de modo que os *déficits* registrados na Balança Comercial não foram considerados preocupantes. Essa tendência permaneceu em 1996, quando atingiu a cifra de US\$ 60,102 bilhões. No entanto, a partir de 1997, devido principalmente as turbulências no mercado asiático e a crise russa o volume de reservas começou a diminuir consideravelmente, chegando a atingir em 1998 US\$ 44,556 bilhões.

Gráfico 12 - Brasil: Reservas Internacionais no Banco Central (1985-1998)



Fonte: Banco Central do Brasil - DEPEC. Informativo mensal.

3.7. - Notas Finais

Com o processo de abertura da economia brasileira iniciado nos finais dos anos 80/início dos anos 90, o cenário econômico externo brasileiro, tem sido surpreendido nos últimos anos por mudanças significativas. Nesse sentido, deparamos na década de 90 com uma dinâmica da Balança Comercial completamente diferente da verificada nos anos 80, quando predominavam *superávites* comerciais em maior ou menor grau; as importações vêm crescendo a um ritmo muito mais acelerado do que as exportações, causando um impacto negativo sobre o saldo comercial. Estes saldos negativos aceleraram-se principalmente após a implementação do Plano Real, que ancorado numa sobrevalorização do Real, levou o Brasil a importar mais e em parte bens supérfluos. Vale ressaltar, que esses *déficits* no início do plano não constituíram motivo de alarme, dado a situação favorável das reservas internacionais;

contudo, nos últimos dois anos têm sido motivo de grande preocupação, dado a tendência decrescente do volume de reservas no Banco Central.

Entretanto, dado que a anatomia das importações totais brasileiras aponta para as importações de máquinas e equipamentos, matérias-primas e bens de capital como os principais responsáveis pelo crescimento das importações totais, conclui-se que, não é toda a importação que tem sido supérflua. O crescimento das importações tem também sido reflexo do volume de investimentos que estão sendo realizados no país, contribuindo para o aumento da produtividade nas empresas nacionais, o que futuramente poderá levar a um aumento das exportações; ou seja, o aumento das importações em parte tem sido regado seguindo a uma linha de necessidades, mas isso só em parte, pois tem-se verificado nos últimos anos uma tendência das compras externas a tornarem-se supérfluas.

CONCLUSÃO

A reflexão que foi exigida, na elaboração do estudo em pauta, permite-nos abstrair as seguintes conclusões:

O Brasil, impulsionado pelo novo dinamismo da economia internacional, marcado por um intenso processo de abertura e interligação das economias, optou no final dos anos 80/início dos anos 90 por uma política de liberalização comercial, abandonando a antiga política protecionista que vinha adotando; cada vez mais impõem normas legais com o objetivo de adequar o país ao contexto do comércio mundial, determinando a não intervenção dos seus governantes nas relações comerciais e permitindo a livre negociação entre empresas nas operações de compra e venda de mercadorias.

Essa maior abertura comercial brasileira, trouxe consigo ao menos duas peculiaridades em relação às tentativas anteriores de liberalização do comércio: a reduzida capacidade de reversibilidade e a intensidade com que foi conduzida; a abertura além de ter sido rápida demais e sobretudo unilateral, foi acompanhada de medidas de caráter regional (acordos firmados junto ao Mercosul) e de natureza multilateral (adesão a OMC), razão a qual se atribui a pequena margem de manobra do Governo em "voltar atrás" no processo de abertura.

Apesar de ter o seu início datado no final dos anos 80, quando o país contava com uma situação econômica bastante adversa em função da estagnação e problemas de estabilização, a abertura comercial, só veio a ser confirmada no início dos anos 90, quando o então presidente Fernando Collor seguindo os preceitos liberalizantes do Consenso de Washington, acelerou o processo.

Merece destaque no que se refere a abrangência do processo, a redução das restrições tarifárias e não-tarifárias e o seu impacto no volume e valor importado pelo Brasil ao longo dos últimos anos, cuja tendência crescente delineada, tem ocasionado sobretudo após o Plano Real *déficits* sucessivos na balança Comercial.

Na realidade, a *importação* aumentou de modo generalizado porque o câmbio estava muito forte; o regime cambial com tendência a sobrevalorização da moeda nacional

predominante no período pós-plano real, rompeu com a tendência anterior ao plano de desvalorização cambial, incentivando o aumento das importações, constituindo-se assim num forte impulsionador de *déficits*.

A abertura portanto apesar de ter contribuído para oferecer produtos a preços baixos e competitivos, trouxe consigo o problema de *déficits* sucessivos. Vale ressaltar, no entanto, que o que mais tem pesado para esses sucessivos *déficits* comerciais tem sido a importação de bens de capital, necessários para a modernizar a produção brasileira. É verdade que o Brasil ampliou muito a importação de bens de consumo; importou muitos bens supérfluos em razão de uma diversificação dos hábitos de consumo dos brasileiros, massacrando não só a Balança Comercial e de serviços mas também ampliando o passivo externo do país. No entanto, um balanço final do que tem sido importado aponta para um resultado onde predomina as compras de máquinas e equipamentos, matérias primas e bens de capital, o que reflete em grande parte o aumento do volume de investimento que estão sendo, referendando também de alguma forma uma certa dependência tecnológica.

Em síntese, o Brasil vem se deparando nos últimos anos com uma nova proposta de inserção internacional, que veio atrelada a toda uma nova proposta de política de comércio externo. No entanto, tem se demonstrado cada vez mais necessário repensar sobre os custos e benefícios dessa integração, mostrando imprescindível discussão aberta sobre os rumos do processo de abertura, bem como dos seus efeitos adversos sobre Balança Comercial sobretudo no que se refere a sua composição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo et alli. *A ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro. Campus, 1992.
- A Crise Internacional e o Brasil*. Artigos publicados na imprensa. Revista de economia política. Vol. 19, nº 1 (73), Janeiro-Março, 1999.
- ARAÚJO JR., José Tavares. *Uma estratégia não liberal para a abertura da economia brasileira*. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. V.2, Nov., 1991.
- AZEVEDO, André Filipe Zago e PORTUGAL, Marcelo Savino. *Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações*. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. V.2, Julho, 1998.
- BACEN. *Evolução da Economia Brasileira após o Plano Real / Boletim do Banco Central / Separata*. Banco Central do Brasil. Brasília. Julho, 1996.
- BACEN. *Boletins*. Brasília. Diversos anos.
- BAER Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo. Nobel, 1996.
- BATISTA Jr. Paulo Nogueira. *Plano Real: Estabilização Monetária e Desequilíbrio Externo*. Texto para discussão nº 50 EAESP/FGV. São Paulo, 1996.
- BATISTA Jr. Paulo Nogueira. *"Globalização" financeira e regimes cambiais*. Revista de economia política. Vol. 18, nº 2 (70), Abril-Junho, 1998.
- BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro. Campus SOBEET, 1996.
- Bresser Pereira, Luís Carlos, José María, Maravall, Adam Przeworski. *Reformas Econômicas em democracias novas: Uma proposta social-democrata*. São Paulo. Nobel, 1996

- CAMPELO, Ana Neiva. O Processo de Abertura da Economia Brasileira (1990-1996): Algumas Considerações sobre a Atuação do Novo Liberalismo Econômico (Monografia). FEAAC- Fortaleza, 1997.
- CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo. Nobel, 1994.
- CANUTO, Otaviano. *Abertura Comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina*. Economia e Sociedade, (revista do Instituto da Economia da Unicamp), nº 3, Dezembro de 1994, pág. 43-63.
- CARNEIRO, Ricardo. *Crise, Ajustamento e Estagnação*. Economia e Sociedade, (revista do Instituto da Economia da Unicamp), nº 2, Agosto de 1993, pág 145-169.
- DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 2ª Edição. São Paulo. Makron, McGraw-Hill, p. 202-245, 1991.
- FREITAS, Débora Gaspar Feitosa. *O Mercosul como Propósito de Integração Regional Frente aos Movimentos Liberais* (Monografia). FEAAC- Fortaleza, 1997.
- FURTADO, Celso. *A separação do subdesenvolvimento*. Economia e Sociedade, (revista do Instituto da Economia da Unicamp), nº 3, Dezembro de 1994, pág 43-63.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Ô Abre Alas: A nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.
- GONÇALVES, Reinaldo [et al]. *A nova economia internacional: Uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro. Campus, 1998. Cáp. 9,10 e 11.
- GREMAND, Amary Patrick; SANDOVAL de VASCONCELLOS, Marco António; TONETO Jr, Rudnei. *Economia Brasileira Contemporânea: para cursos de economia e administração*. São Paulo. Atlas, 1996.

HOLLAND, Márcio. *Taxa de Câmbio e Regimes Cambiais no Brasil (tese de doutorado)*. IE/Unicamp.

J. BRUM, Argemiro. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.

KRUGMAN, Paul. *Internacionalismo Pop*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.

LEMGRUBER, Antonio Carlos. *Balanço de pagamento do Brasil - uma análise quantitativa*. Revista pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 2, pág. 313-352, Agosto 1976.

LOPES & ROSSETTI. *Economia Monetária*. 6ª Ed.. São Paulo. Atlas, 1992.

LOPES & VASCONCELOS (Organizadores). *Manual de macroeconomia, nível básico intermediário*. São Paulo. Atlas, 1998.

MARKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Ed. LTC (Livros Técnicos e Científicos). USP - São Paulo Cáp. 7.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo. Mandarim, 1996.

Revista Conjuntura Econômica. Edições diversas.

Revista Rumos. Edições diversas.

SCHWARTSMAN, Alexandre. *A crise cambial e o ajuste fiscal*. Revista de economia política. Vol. 19, nº 1 (73), Janeiro-Março, 1999.

SIMONSEN, Mário Henrique e CYSNE, Rubens Penha. *Macroeconomia*. 2ª Ed.. São Paulo. Atlas, 1995/

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, site na internet.

THORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria; SATO, Claudio Seiji [et. alli]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo. Nobel. Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994. Pág. 17-276.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. *A política cambial Brasileira e o Plano Real*. Fortaleza. Agosto de 1997.